

Por um assento à alta mesa! Expressão econômica do poder nacional como fator de influência para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

For a seat at the high table! Economic expression of national power as a factor in influence on the reform of the United Nations Security Council

Resumo: Este trabalho tem por objetivo comparar a Expressão Econômica do Poder Nacional dos países membros permanentes e de potenciais candidatos à ocupação de assento, integrando os respectivos Grupos Regionais, como fator de influência para a reforma do Conselho de Segurança. A amostra foi composta por 55 países, os quais foram divididos em grupos: Membros Permanentes e Regionais (Africano, Ásia-Pacífico, Leste Europeu, América Latina e Caribe e Europa Ocidental e outros). A Expressão Econômica foi analisada segundo os indicadores: Capacidades Materiais Nacionais, Contribuição para o orçamento regular das Nações Unidas e Produto Interno Bruto. A fim de verificar a igualdade ou diferença entre os valores médios dos grupos utilizou-se o teste ANOVA *One Way* e, sequencialmente, os testes de Levene e de Tukey. Encontrou-se diferença significativa entre os grupos, sendo que o Grupo Membros Permanentes detém maiores valores de média, no entanto, individualmente, países candidatos possuem índices econômicos semelhantes aos membros permanentes, podendo influenciar a perspectiva de reforma do Conselho de Segurança.

Palavras-chave: Conselho de Segurança; Organização das Nações Unidas; poder nacional; expressão econômica.

Abstract: This paper aims to compare the Economic Expression of National Power of permanent member countries and of potential candidates to occupy a seat, integrating the respective Regional Groups, as an influencing factor for the reform of the Security Council. The sample consisted of 55 countries, which were divided into groups: Permanent and Regional Members (African, Asia-Pacific, Eastern Europe, Latin America and the Caribbean and Western Europe and others). The Economic Expression was analyzed according to the indicators: National Material Capacities, Contribution to the regular budget of the United Nations and Gross Domestic Product. In order to verify the equality or difference between the mean values of the groups, the One Way ANOVA test was used and, sequentially, the Levene and Tukey tests. A significant difference was found between the groups, with the Permanent Members Group having higher average values, however, individually, candidate countries have economic indices similar to the permanent members, which may influence the perspective of Security Council reform.

Keywords: Security Council; United Nations; national power; economic expression.

Rafael Soares Pinheiro da Cunha 
Exército Brasileiro. Instituto de Pesquisa da
Capacitação Física do Exército.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
rafapinheiro@gmail.com

Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon 
Exército Brasileiro.
Comando Militar do Sudeste.
São Paulo, SP, Brasil.
eduardomigon@gmail.com

Recebido: 26 out. 2021

Aprovado: 25 jul. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

As novas realidades globais elevaram exponencialmente a conflitualidade econômica, trazendo à tona um conjunto de ameaças de característica não-militar que poderiam colocar, cada vez mais, em risco a segurança de um Estado. A partir deste entendimento, a componente econômica passa a assumir relevante protagonismo, no contexto de globalização e de forte integração econômica, como fundamental aspecto para a projeção e soberania de um Estado (VERÍSSIMO, 2005).

Keohane (1988), ao abordar a hegemonia na economia política mundial, questiona a visão determinista da teoria da estabilidade hegemônica, que se baseava somente nos conceitos realistas de interesses e de poder. Assegurava que, para ser considerado hegemônico, um país deveria ter acesso a matérias-primas essenciais, controlar fontes de capitais principais, sustentar um grande mercado de importações e deter vantagens comparativas em bens de alto valor agregado, que produzissem benefícios e salários relativamente altos. Também deveria ser mais forte, nessas dimensões tomadas globalmente, que qualquer outro país. Dentro desse escopo, como comentado e fazendo frente a assertiva anterior, a evolução da economia global trouxe consigo, a partir do final do século passado, o aparecimento dos mercados emergentes (BRADFORD, 2003). Países em desenvolvimento, de renda mediana, têm alcançado taxas de crescimento acima da média, de modo a integrarem-se à economia mundial, por meio do comércio e das finanças, promovendo uma transformação na economia, de maneira a torná-la multipolar.

Reforçando tais constatações, César & Sato (2012) afirmam que o comércio internacional vem passando por profundas transformações nos últimos anos. Por sua vez, Bonaglia e Goldstein (2007) fazem referência à existência de uma nova geografia do comércio internacional ligada ao rápido avanço da globalização dos processos produtivos por meio das cadeias de valor globais.

Te Velde e Keane (2011) agregam a ideia de ser improvável que novas formas de relações de cooperação em relação à governança econômica global evoluam a menos que as estruturas, objetivos e normas dessas instituições estejam mais bem alinhadas com as preferências das potências emergentes.

Em adição, Souto Maior (2003) postula que na área econômica, o cenário hodierno não apresenta uma potência hegemônica, mas um grupo de países desenvolvidos que buscam promover ativamente seus interesses naqueles setores em que são mais competitivos e proteger os demais campos, a expensas dos próprios consumidores e dos produtores de países em desenvolvimento.

Fortes correntes têm a expectativa de que os polos, até então existentes na Europa e na América do Norte, percam poder militar e econômico relativo, contestando-se a dominação dos valores e da cultura ocidentais (COX, 2007; IKENBERRY, 2001; ZAKARIA, 2008). Ademais, o papel mais protagonista das potências emergentes na economia mundial e na governança global, após a bipolaridade, vem sendo discutido sob os rótulos de grandes potências (HURRELL, 2006), potências incertas (MAULL, 2006, potências emergentes, potências intermediárias e Estados pivotais (CHASE *et al.*, 1996; FLEMES, 2007; HAKIM, 2004; LIMA; HIRST, 2006; SCHOEMAN, 2003) e novos Titãs, sendo que esses países são hoje amplamente percebidos nas relações internacionais.

Nessa nova ordem mundial, Schirm (2010) assinala que na década passada, os decisores políticos, os meios de comunicação e de pesquisa acadêmica têm aumentado as discussões acerca do novo papel das potências emergentes na economia mundial e na governança global. Afirmam que países como Brasil, China, Índia e África do Sul, bem como Alemanha, Japão e Rússia destacaram-se e aumentaram suas influências nas esferas econômica e política, regionalmente e na política mundial.

Observando este novo panorama socioeconômico internacional e questionando a representatividade global, Weiss & Thakur (2010) postulam que a governança econômica é a dimensão mais avançada e abrangente de governança global emergente. Para eles, no setor de segurança existe uma lacuna, ainda crescente, entre a distribuição de autoridade no seio das instituições internacionais existentes e a distribuição internacional de poder econômico.

Arraes (2005), considerando o aspecto econômico como o mais relevante para a inclusão à posição de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), afirma que dois candidatos naturais emergiram no panorama internacional atual, Japão e Alemanha. Complementa, adicionando que ambos são, paradoxalmente, os maiores derrotados da Segunda Guerra e não são exportadores significativos de material bélico para países periféricos ou potências nucleares. Considerando-se a possibilidade de que o sistema internacional caminhe para a ampliação da representatividade em seus principais organismos, países do Terceiro Mundo poderiam pleitear presença junto ao segmento mais importante das Nações Unidas. Desta forma, assinala que ao balancear-se um conjunto de fatores, Brasil, Índia, Egito, Nigéria, África do Sul, México, dentre outros, surgem como potenciais aspirantes a um assento permanente no CSNU.

Como justificativa para a realização de reformas, em particular uma ampliação no CSNU, Albright e Gambari (THE HAGUE INSTITUTE FOR GLOBAL JUSTICE; STIMSON CENTER, 2015) assinalam que a arquitetura internacional da atualidade é caracterizada por uma economia global hiperconectada, somada à fragilidade dos Estados, diante de violentos conflitos, o que deveria ser adaptado com a inclusão de outros *global players*.

Desde a fundação da ONU até o ano de 1965, o Conselho compôs-se de onze membros, os cinco permanentes (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia), detentores de poder de veto (bloqueio a qualquer decisão coletiva, ainda que por unanimidade dos outros países) e outros seis membros não permanentes rotativos (FONTOURA, 2013). O órgão passou por uma única reforma, naquele ano, ocasião em que foram criados quatro novos assentos não permanentes, cujos mandatos foram fixados em dois anos (sem possibilidade de reeleição imediata), alterando a quantidade de membros de onze para os atuais quinze. Apesar da mudança, a composição e estrutura permaneceram retratando o contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, com os maiores vitoriosos da contenda na situação de membros permanentes.

Dentre outros temas, este polêmico assunto de reforma do CSNU ganhou força em 2005, quando o então Secretário-Geral, Kofi Annan, apresentou um relatório de cinco anos sobre a implementação da Declaração do Milênio de 2000 (UNITED NATIONS, 2000), que havia sido solicitado pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Dentre outros temas, o documento refletia

a visão, consagrada pela maioria, que uma mudança na composição do Conselho era necessária para torná-lo mais representativo da comunidade internacional como um todo, bem como das realidades geopolíticas, e, assim, mais legítimo aos olhos do mundo (UNITED NATIONS, 2005).

Assinalando a possibilidade de uma nova reforma, em 2008, a Assembleia Geral aprovou, por unanimidade, a convocação de negociações intergovernamentais para expandir o Conselho de Segurança, que prosseguem indefinidas até os dias de hoje.

No escopo da ONU, os Estados-membros são oficialmente divididos em cinco grupos de regiões geopolíticas (UNITED NATIONS, 2022, a saber: Grupo Africano (com 54 Estados-membros) e Grupo Ásia-Pacífico (54), cada um com três assentos no CSNU (considerando o permanente da China); Grupo Leste Europeu (23) e Grupo América Latina e Caribe (33), com duas cadeiras cada (incluindo o permanente da Rússia); e Grupo Europa Ocidental e outros (29), com cinco vagas (computadas as dos EUA, França e Reino Unido). Os fundadores do sistema das Nações Unidas acreditavam que, com a divisão em Grupos Regionais, estariam fornecendo uma oportunidade justa e razoável para todos os membros compartilharem a gestão do sistema através de eleições periódicas para os principais órgãos decisores, incluindo o Conselho de Segurança. Os Grupos Regionais podem constituir elementos de pressão na ONU, em particular no caso de questionar a legitimidade do CSNU, onde há a carência de representação adequada dos países em desenvolvimento, em especial da América Latina e África.

Acerca destas relações de Poder, um dos conceitos clássicos que o abrange em relacionamentos interpessoais, mas que pode ser facilmente extrapolado para as relações entre os Estados, é o definido por Robert Dahl (1957). Neste, o autor assume que o Poder pode ser mensurado, comparado e escalonado, tendo como resultante as influências mútuas exercidas entre os atores.

Assim, o Poder Nacional, definido como a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2009b), é composto pelas Expressões Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científica-Tecnológica. Detalhando-se o entendimento da Expressão Econômica, sobre a qual se pretende lançar luzes, é estabelecida como a manifestação de natureza preponderantemente econômica do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os objetivos nacionais (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2009a).

Destarte, no cenário de uma eventual reforma do CSNU, a partir da qual um ator estatal tenha por objetivo nacional a ocupação de assento permanente em tal órgão, hipotetiza-se que, quanto mais desenvolvida a Expressão Econômica do Poder Nacional de um Estado, integrando o respectivo Grupo Regional, maiores as possibilidades de influenciar a dita reforma e de aspirar à efetiva ocupação de assento permanente.

2 Objetivo

Esta discussão tem por objetivo comparar a Expressão Econômica do Poder Nacional dos países membros permanentes e de potenciais candidatos à ocupação de assento, integrando os respectivos Grupos Regionais, como fator de influência para a reforma do Conselho de Segurança.

3 Metodologia

A presente pesquisa apresenta métodos de avaliação quantitativos. O exame comparativo permite a verificação empírica da hipótese relativa à aproximação ou afastamento dos indicadores da Expressão Econômica do Poder Nacional dos possíveis candidatos e membros permanentes do CSNU, propiciando generalizações e auxiliando na produção final de uma teoria. Empregou-se, para tanto, o método da política comparada, interessada no desenvolvimento da própria prática comparativa e na ampliação do alcance das explicações relativas ao tema.

Para definir os países constituintes da amostra, apresenta-se o critério de delimitação temporal, isto é, o período em que o fenômeno a ser estudado será circunscrito (GIL, 2002).

A metodologia empregada para o cálculo do tamanho amostral, bem como para a definição da amostra são detalhados no trabalho de Cunha (2020). Acerca do primeiro, chegou-se ao número de 55 elementos (países) a serem estudados. Sequencialmente, com o intuito de preencher a amostra definida, considerou-se como critério de inclusão, para caracterizar a potencial candidatura ao assento permanente no CSNU, três ou mais participações de um Estado como membro não permanente, em qualquer período, ou o mínimo de duas participações, com mandato iniciado a partir de 1990, inclusive, excluindo-se os ingressos mais recentes.

Satisfez o estipulado o total de cinquenta países, que passaram a compor o grupo de potenciais candidatos ao CSNU. Além destes, naturalmente, participam do estudo os cinco membros permanentes do CSNU, que representam a base de comparação, perfazendo a amostra de 55 países.

Objetivando aproximar os Estados-membros e facilitar as inferências a partir de características comuns, os potenciais aspirantes ao CSNU foram estratificados nos respectivos Grupos Regionais da ONU (Quadro 1), divididos da seguinte forma: Grupo Membros Permanentes – P5 (cinco integrantes), Grupo Africano – GA (onze integrantes), Grupo Ásia-Pacífico – GAP (nove integrantes), Grupo Leste Europeu – GLE (quatro integrantes), Grupo América Latina e Caribe – GALC (onze integrantes) e Grupo Europa Ocidental e outros – GEO (quinze integrantes).

Quadro 1 – Amostra do estudo segundo os Grupos Regionais de Estados Membros da ONU

Membros Permanentes (P5)	Africano (GA 11)	Ásia-Pacífico (GAP 9)	Leste Europeu (GLE 4)	América Latina e Caribe (GALC 11)	Europa Ocidental e outros (GEO 15)
China	África do Sul	Coreia do Sul	Bulgária	Argentina	Alemanha
EUA	Argélia	Filipinas Índia	Polônia	Brasil	Austrália
França	Egito	Indonésia	Romênia	Chile	Áustria
Reino Unido	Gabão	Japão	Ucrânia	Colômbia	Bélgica
Rússia	Gana	Jordânia		Costa Rica	Canadá
	Marrocos	Malásia		Cuba	Dinamarca
	Nigéria	Paquistão		Equador	Espanha
	Ruanda Tunísia	Síria		México	Holanda
	Uganda			Panamá	Irlanda
	Zâmbia			Peru	Itália
				Venezuela	Noruega
					Nova Zelândia
					Portugal
					Suécia
					Turquia

Fonte: Os autores (2022).

Para uma melhor visualização da abrangência do estudo, elaborou-se a Tabela 1, a seguir. Nesta pode-se constatar, percentualmente, o quantitativo bruto e percentual de países pesquisados, por Grupo Regional.

Tabela 1 – Valores brutos e percentuais do estudo por Grupo Regional

Grupos Regionais	Africano	Ásia-Pacífico	Leste Europeu	América Latina e Caribe	Europa Ocidental e outros	Total
Total ONU	54	54	23	33	29	193
% ONU	28	28	11,9	17,1	15	100
Amostra Estudo	11	10*	5*	11	18*	55
% Estudo	20	18,2	9,1	20,0	32,8	100
% Representativo	20,37	18,52	21,74	33,33	62,1	28,5

Fonte: Os autores (2022).

Nota: * incluído o membro permanente no CSNU.

O tamanho amostral de 55 países corresponde a 28,5% do total de Estados-membros da ONU e 46,2% dos 124 Estados que já tiveram participação no CSNU. Os Grupos mais representativos na ONU são o Africano e o Ásia-Pacífico, com 54 países cada, perfazendo 56% dos países integrantes da ONU. No estudo totalizaram 21 países, concentrando pouco menos de 40% da amostra. Atendendo aos critérios de inclusão, o maior Grupo Regional da amostra é o Europa Ocidental e outros, com 18 dos 55 países. Este valor corresponde a 32,8% dos países a serem estudados e a 62,1% do próprio grupo em questão.

As variáveis de estudo são de natureza quantitativa. A independente é representada pela “Expressão Econômica do Poder Nacional”, cujos critérios comparativos entre os respectivos grupos regionais e países seguiram o estabelecido pela ESG, constantes dos três volumes de seu Manual Básico (Elementos Fundamentais, Assuntos Específicos e Método para o Planejamento Estratégico/ESG), além de basear-se em indicadores consagrados internacionalmente, detalhados no Quadro 2, apresentado no prosseguimento.

Assim, para a ESG (2009a) a característica fundamental da Expressão Econômica do Poder Nacional consiste em acionar os meios predominantemente econômicos, através dos quais o homem busca, não só satisfazer as necessidades vitais, como também atender aos requisitos de bem-estar originados pelo evoluir constantes da capacidade intelectual de que dispõe, tornando crescentes as suas necessidades e, portanto, a demanda por consumo de bens e serviços.

Quadro 2 – Definição operacional da variável independente “Expressão Econômica do Poder Nacional”

Variável	Proxy	Indicadores	Forma de medição
Expressão Econômica do Poder Nacional	Desenvolvimento Econômico	Capacidades Materiais Nacionais	CINC Index v 5.0 (CORRELATES OF WAR, 2017)
		Contribuição para o orçamento regular da ONU	Taxa e valor bruto de tributação
		Produto Interno Bruto (PIB)	Tamanho das economias nacionais e taxa de crescimento anual

Fonte: Os autores (2022).

Apresenta-se como variável dependente a “participação no CSNU”, operacionalizada pelo fato de um país ser membro permanente ou por já ter participado como membro não permanente do Conselho, constituindo, para efeito desta pesquisa, como um candidato ao assento permanente, o que pode ser ilustrado conforme o Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 – Definição operacional da variável dependente “Participação no CSNU”

Variável	Proxy	Indicadores	Forma de medição
Participação no CSNU	Governança global	Membro permanente	P5
		Membro não permanente	Grupos Regionais

Fonte: Os autores (2022).

4 Análise dos dados

Foi utilizado o aplicativo *IBM SPSS Statistics* para a realização da estatística descritiva e inferencial das variáveis quantitativas do estudo.

Atendendo a critérios de normalidade, considerou-se a amostra como grande ($n > 30$), o que permitiu a utilização de testes paramétricos, de maior robustez estatística (HOGG; TANIS, 2010). Para a comparação entre as médias dos grupos, empregou-se a análise de variância (ANOVA *One-Way*), de cada uma das variáveis quantitativas dependentes em função da variável fator único (grupo da amostra), com o intuito de verificar quais as médias iguais.

A ANOVA mostra-se robusta para desvios da normalidade, a partir dos dados considerados como simétricos. Para testar a hipótese, foi utilizado o teste de Levene, para homogeneidade de variância das populações.

A fim de localizar as diferenças entre os grupos, foi empregado o Teste de Tukey, através de técnicas de comparações dois a dois por meio de intervalos de confiança para a diferença da amostra.

5 Resultados e discussão

Apresentam-se, na sequência, os resultados relativos à Expressão Econômica do Poder Nacional, no que tange aos indicadores do *proxy* de Desenvolvimento Econômico, com o intuito de avaliar o proposto no objetivo deste estudo.

6 Capacidades Materiais Nacionais

A fim de detalhar cada um dos indicadores, comenta-se, inicialmente, acerca das Capacidades Materiais Nacionais, que para mensuração e estabelecimento da hierarquia internacional em questões econômicas e de conflitos, faz uso do Índice Composto da Capacidade Nacional (*Composite Index of National Capability* – CINC). Este constitui-se no parâmetro mais empregado da capacidade nacional baseado na média de porcentagens de totais mundiais em seis componentes diferentes: gastos militares, efetivo militar, consumo de energia, produção de ferro e aço, população urbana, e população total (SINGER; BREMER; STUCKEY, 1972).

Os estudos mais recentes tendem a usar a pontuação do CINC, que se concentra em medidas que são mais salientes para a percepção do poder do Estado, além do PIB (CORRELATES OF WAR, 2017)¹.

Assim, cada componente é uma porcentagem a ser calculada com a dimensão do total do mundo:

$$\text{FRAÇÃO} = \frac{\text{País}}{\text{Mundo}}$$

$$\text{CINC} = \frac{\text{FPT} + \text{FPU} + \text{FPAF} + \text{FCEP} + \text{FGM} + \text{FEM}}{6}$$

Onde:

TPT = fração da população total

TPU = fração da população urbana

TPAF = fração da produção de ferro e aço

TCEP = fração do consumo de energia primária

TGM = fração dos gastos militares

TEM = fração do efetivo militar

As informações, detalhadas por fator componente da fórmula do CINC, estão informadas por cada Estado integrante do respectivo Grupo Regional, cujos dados seguem apresentados no formato de quadros.

Abaixo, o Quadro 4 referente ao Grupo Membros Permanentes:

Quadro 4 – Componentes da Capacidade Nacional e Índice Composto do Grupo Membros Permanentes

Grupo Membro Permanente							
País	Produção de Ferro e Aço (toneladas)	Consumo de Energia Primária (milhões de toneladas equivalentes de carvão)	Efetivos Militares (em milhões)	Gastos Militares (em bilhões Us\$)	População Urbana (em milhões)	População Total (em milhões)	CINC
China	494.899	4.177	2,26	46,17	748,53	1.325	0,198578
EUA	98.102	5.548	1,51	552,57	82,97	302	0,142149
França	19.250	713	0,26	60,66	11,86	62	0,018924
Reino Unido	14.317	684	0,19	63,26	55,26	61	0,021158
Rússia	72.387	1.559	1,03	32,22	68,23	142	0,039274

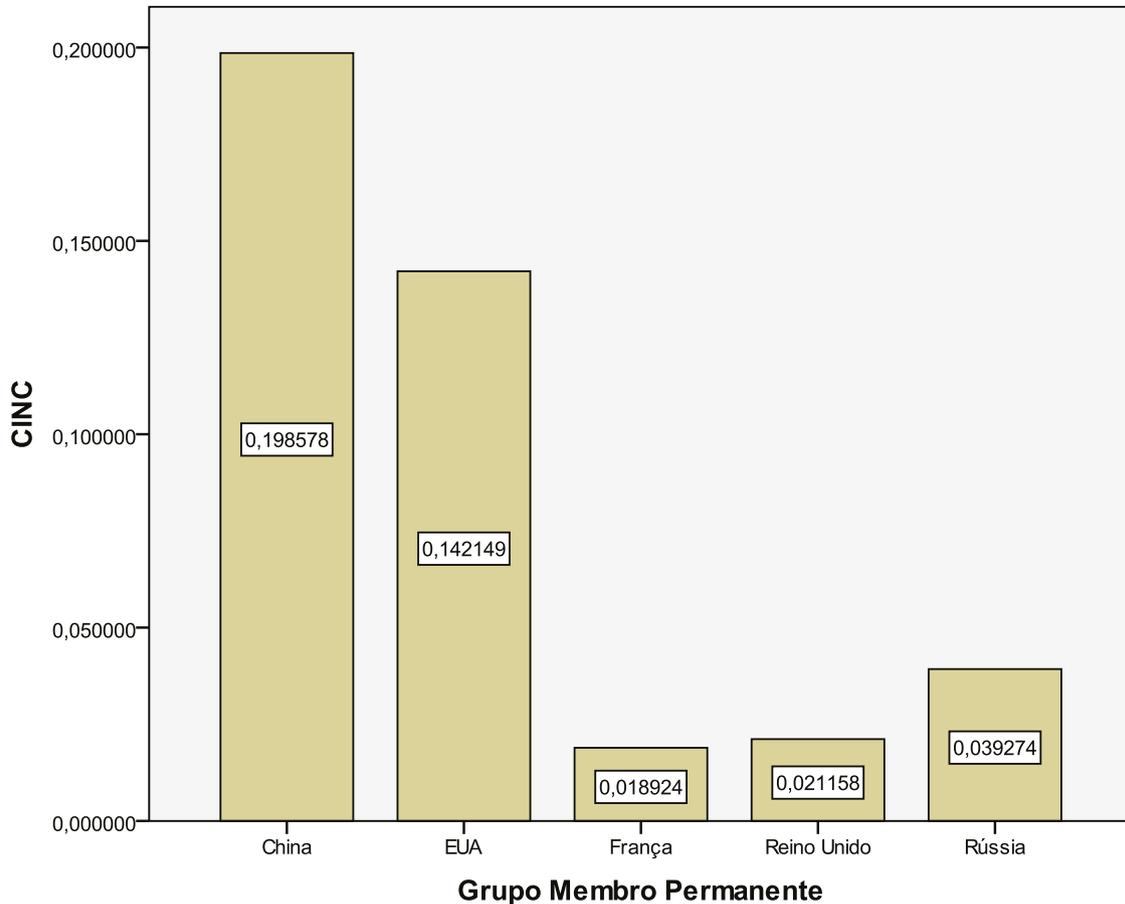
Fonte: Adaptado de Correlates of War (2017).

¹ Os dados referentes ao CINC Index v 4.0 e 5.0 datam de 2007 e 2012, respectivamente.

Da observação dos valores totais do CINC, percebe-se que China e EUA são os países cujos valores de CINC são os mais elevados do Grupo Membros Permanentes. O primeiro provavelmente influenciado pelos números populacionais e destacada produção de ferro e aço, enquanto o outro, fortemente atrelado aos valores referentes a seus efetivos e gastos militares.

Para melhor visualização dos resultados dos integrantes do grupo, apresenta-se o Gráfico 1, na sequência:

Gráfico 1 – Capacidades Materiais Nacionais do Grupo Membros Permanentes



Fonte: os autores (2022).

Para o Grupo Africano, os valores estão expostos no Quadro 5, abaixo:

Quadro 5 – Componentes da Capacidade Nacional e Índice Composto do Grupo Africano

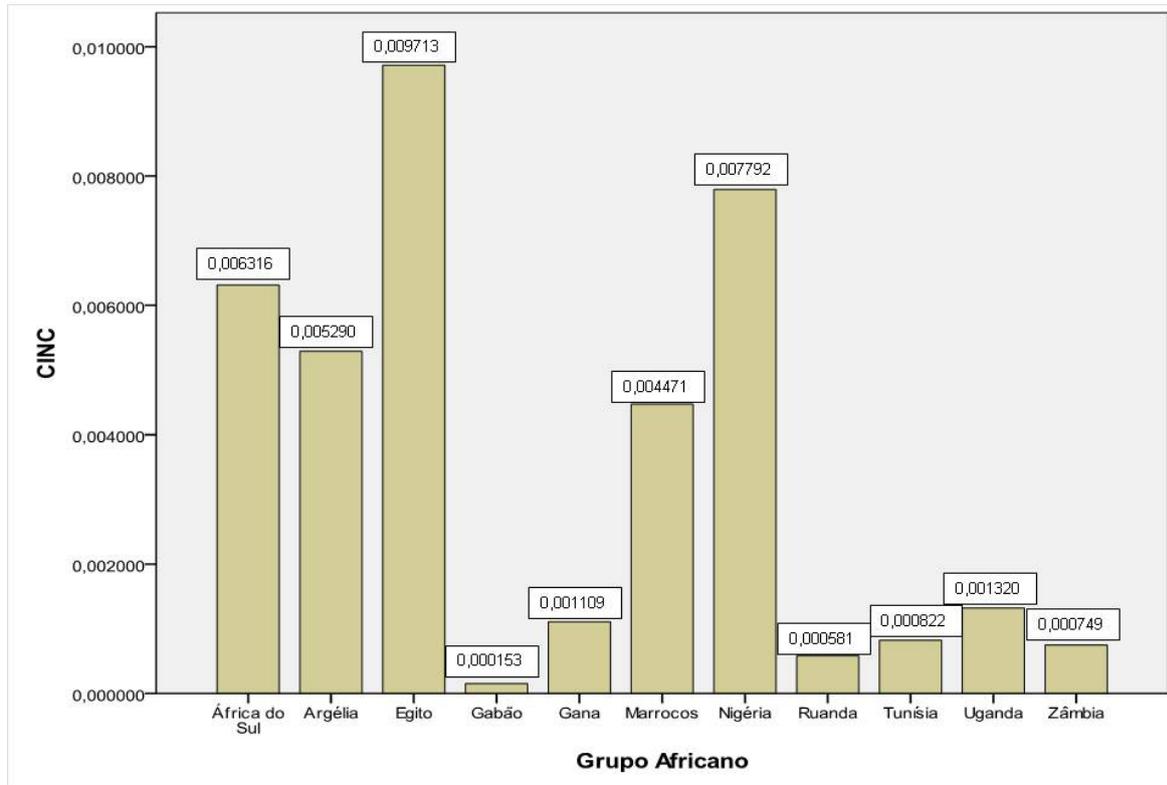
Grupo Africano							
País	Produção de Ferro e Aço (toneladas)	Consumo de Energia Primária (milhões de toneladas equivalentes de carvão)	Efetivos Militares (em milhões)	Gastos Militares (em bilhões Us\$)	População Urbana (em milhões)	População Total (em milhões)	CINC
África do Sul	9.098	326	0,062	3,75	15	48	0,006316
Argélia	1.278	306	0,138	4,27	11	34	0,005290
Egito	6.224	129	0,469	4,64	30	77	0,009713
Gabão	0	3	0,005	0,123	0,58	1,3	0,000153
Gana	25	13	0,014	0,104	4,5	22	0,001109
Marrocos	512	31	0,201	2,41	19,4	31	0,004471
Nigéria	100	201	0,085	0,98	29,3	143	0,007792
Ruanda	0	3	0,033	0,062	0,52	9	0,000581
Tunísia	160	11	0,035	0,47	1,7	10	0,000822
Uganda	30	12	0,045	0,232	1,6	28	0,001320
Zâmbia	0	12	0,015	0,247	2,9	12	0,000749

Fonte: Adaptado de Correlates of War (2017).

Neste, destaca-se o Egito, detentor da mais elevada Capacidade Material Nacional, que parece ter relação com seu maior efetivo e gastos militares. Na sequência, aparecem Nigéria, país de grande população total e África do Sul, que detém a maior produção de ferro e aço e o maior consumo de energia primária do Grupo.

Apresenta-se, a seguir, o Gráfico 2, com os valores do CINC de cada um dos países do Grupo Africano.

Gráfico 2 – Capacidades Materiais Nacionais do Grupo Africano



Fonte: os autores (2022).

O Grupo Ásia-Pacífico, que é integrado por nove países, tem as Capacidades Materiais Nacionais expostas abaixo:

Quadro 6 – Componentes da Capacidade Nacional e Índice Composto do Grupo Ásia-Pacífico

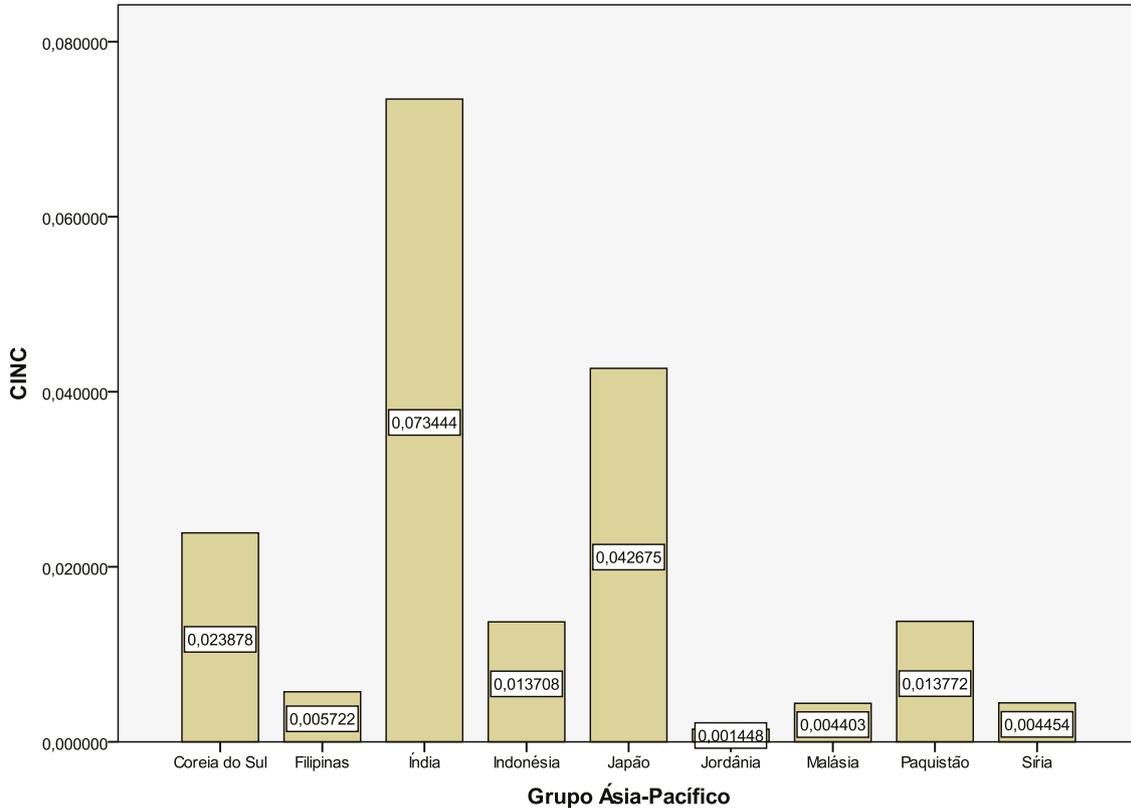
Grupo Ásia-Pacífico							
País	Produção de Ferro e Aço (toneladas)	Consumo de Energia Primária (milhões de toneladas equivalentes de carvão)	Efetivos Militares (em milhões)	Gastos Militares (em bilhões Us\$)	População Urbana (em milhões)	População Total (em milhões)	CINC
Coreia do Sul	51.517	943	0,687	26,59	22,8	48	0,023878
Filipinas	718	85	0,106	1,13	25,1	89	0,005722
Índia	53.080	1.573	1,32	26,51	198,1	1.134	0,073444
Indonésia	4.016	306	0,302	4,33	35,7	226	0,013708
Japão	120.203	1.935	0,24	41,04	84,4	128	0,042675
Jordânia	150	11	0,101	1,62	2,2	5	0,001448
Malásia	6.895	160	0,109	4,02	6,9	27	0,004403
Paquistão	1.090	134	0,62	4,53	40,9	160	0,013772
Síria	70	33	0,308	1,465	13,3	19	0,004454

Fonte: Adaptado de Correlates of War (2017).

Os grandes motores do Grupo Ásia-Pacífico mostram-se Índia e Japão. O primeiro pelos significativos índices em todos os componentes da Capacidade Material Nacional, com destaque para a sua imensa população total. O Japão, por sua vez, em função de seu desenvolvimento econômico, apresenta os maiores números relativos à produção de ferro e aço e ao consumo de energia primária. Os índices da Coreia do Sul, apesar de mais modestos, também devem ser ressaltados, principalmente pelos elevados gastos militares, produção de ferro e aço e consumo de energia primária.

Os países podem ter seus valores de CINC comparados no gráfico de barras, que exibido no prosseguimento.

Gráfico 3 – Capacidades Materiais Nacionais do Grupo Ásia-Pacífico



Fonte: os autores (2022).

O Grupo Leste Europeu, cuja composição é de quatro países, tem seus dados de Capacidades Materiais Nacionais expostos no Quadro 7.

Quadro 7 – Componentes da Capacidade Nacional e Índice Composto do Grupo Leste Europeu

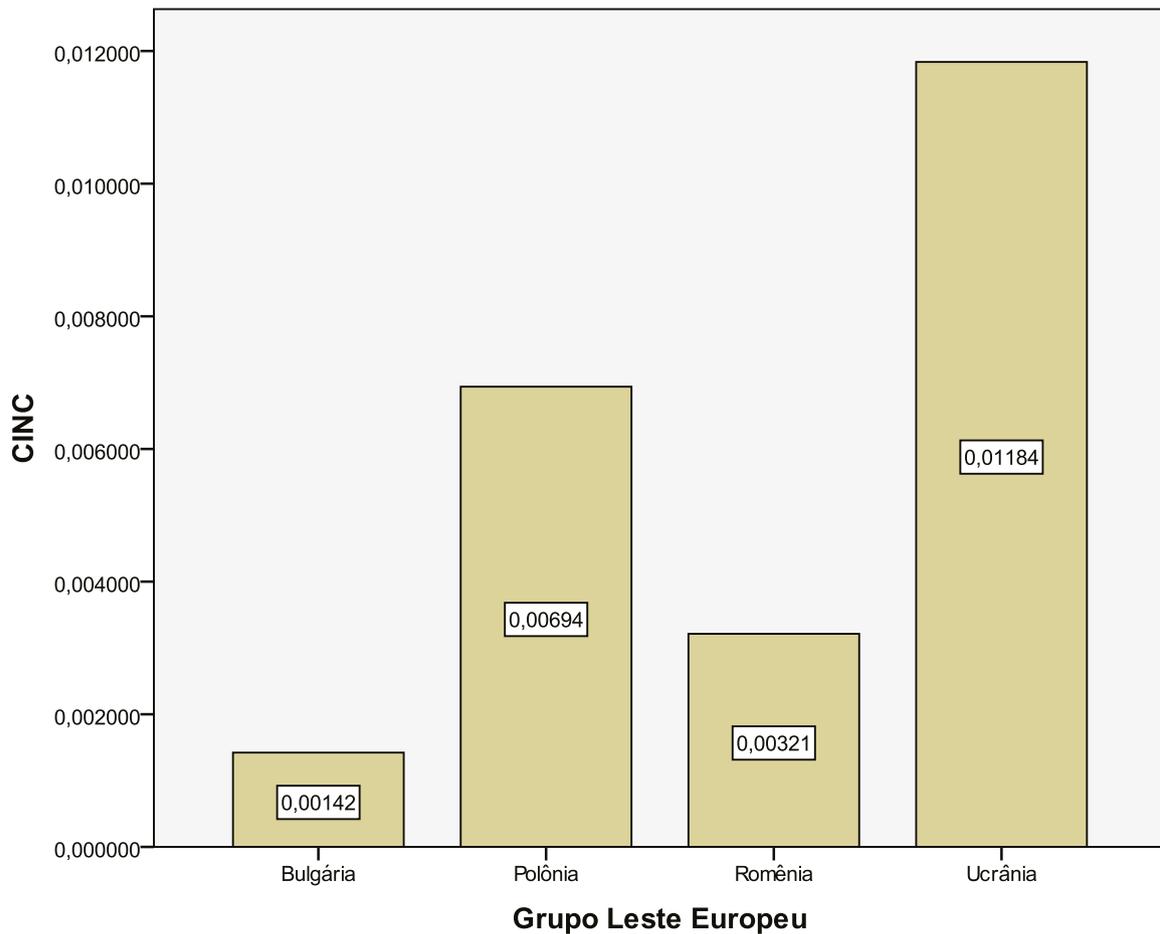
Grupo Leste Europeu							
País	Produção de Ferro e Aço (toneladas)	Consumo de Energia Primária (milhões de toneladas equivalentes de carvão)	Efetivos Militares (em milhões)	Gastos Militares (em bilhões Us\$)	População Urbana (em milhões)	População Total (em milhões)	CINC
Bulgária	1.909	47	0,051	0,881	2,4	8	0,001422
Polônia	10.632	284	0,142	7,983	11	38	0,006939
Romênia	6.261	76	0,070	3,044	6,4	22	0,003213
Ucrânia	42.830	391	0,188	1,802	18	47	0,011835

Fonte: Adaptado de Correlates of War (2017).

Neste, que é o menor dos grupos de estudo, a Ucrânia revela-se como o país com os índices mais substanciais de CINC, sendo o mais populoso em relação aos demais integrantes e detentor dos valores mais elevados de produção de ferro e aço e consumo de energia primária.

Os detalhes do Grupo Leste Europeu podem ser observados no Gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4 – Capacidades Materiais Nacionais do Grupo Leste Europeu



Fonte: os autores (2022).

Apresenta-se, na sequência, as Capacidades Materiais Nacionais do Grupo América Latina e Caribe, cuja composição é de onze países.

Quadro 8 – Componentes da Capacidade Nacional e Índice Composto do Grupo América Latina e Caribe

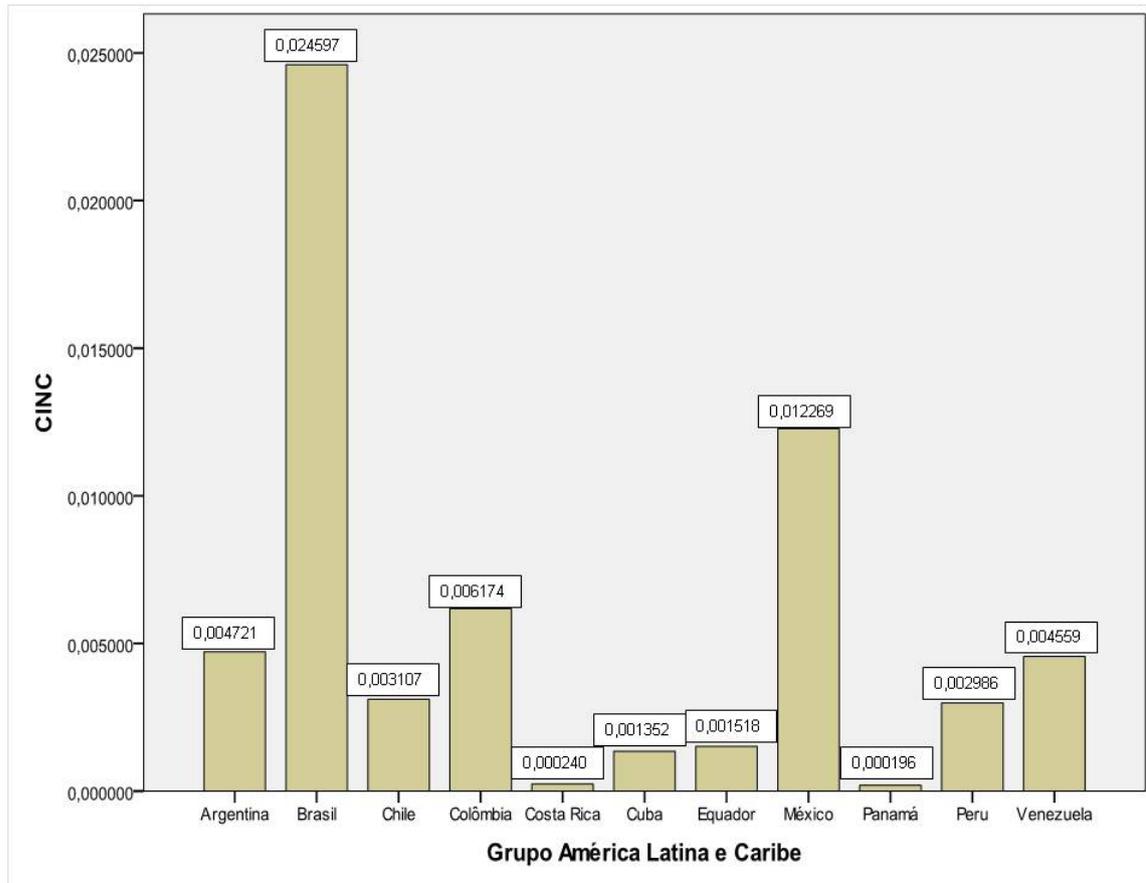
Grupo América Latina e Caribe							
País	Produção de Ferro e Aço (toneladas)	Consumo de Energia Primária (milhões de toneladas equivalentes de carvão)	Efetivos Militares (em milhões)	Gastos Militares (em bilhões Us\$)	População Urbana (em milhões)	População Total (em milhões)	CINC
Argentina	5.387	146	0,072	2,09	18,2	39	0,004721
Brasil	33.782	511	0,29	20,56	103,3	188	0,024597
Chile	1.679	71	0,076	5,24	10,1	17	0,003107
Colômbia	1.245	59	0,21	6,81	26	44	0,006174
Costa Rica	0	4	0	0,159	1,1	4	0,000240
Cuba	268	12	0,049	1,668	4,4	11	0,001352
Equador	87	20	0,057	0,773	6,3	14	0,001518
México	17.573	300	0,238	3,982	43	106	0,012269
Panamá	0	2	0	0,2	1	3	0,000196
Peru	881	37	0,08	1,226	15	28	0,002986
Venezuela	5.005	210	0,082	2,795	13,5	27	0,004559

Fonte: Adaptado de Correlates of War (2017).

Neste grupo, o Brasil é o país que detém a liderança em todos os subindicadores das Capacidades Materiais Nacionais. Possui a maior produção de ferro e aço, o maior consumo de energia primária, seus efetivos e gastos militares são os mais elevados e a população, tanto a urbana, como a total, é a mais representativa da análise. Na sequência, sobressai-se o México com a segunda posição em todos os indicadores comentados.

As informações são reafirmadas quando da observação do Gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 – Capacidades Materiais Nacionais do Grupo América Latina e Caribe



Fonte:os autores (2022).

O Grupo Europa Ocidental e outros, o maior dos grupos estudados com quinze integrantes, tem seus dados expostos no Quadro 9, na sequência.

Quadro 9 – Componentes da Capacidade Nacional e Índice Composto do Grupo Europa Ocidental e outros

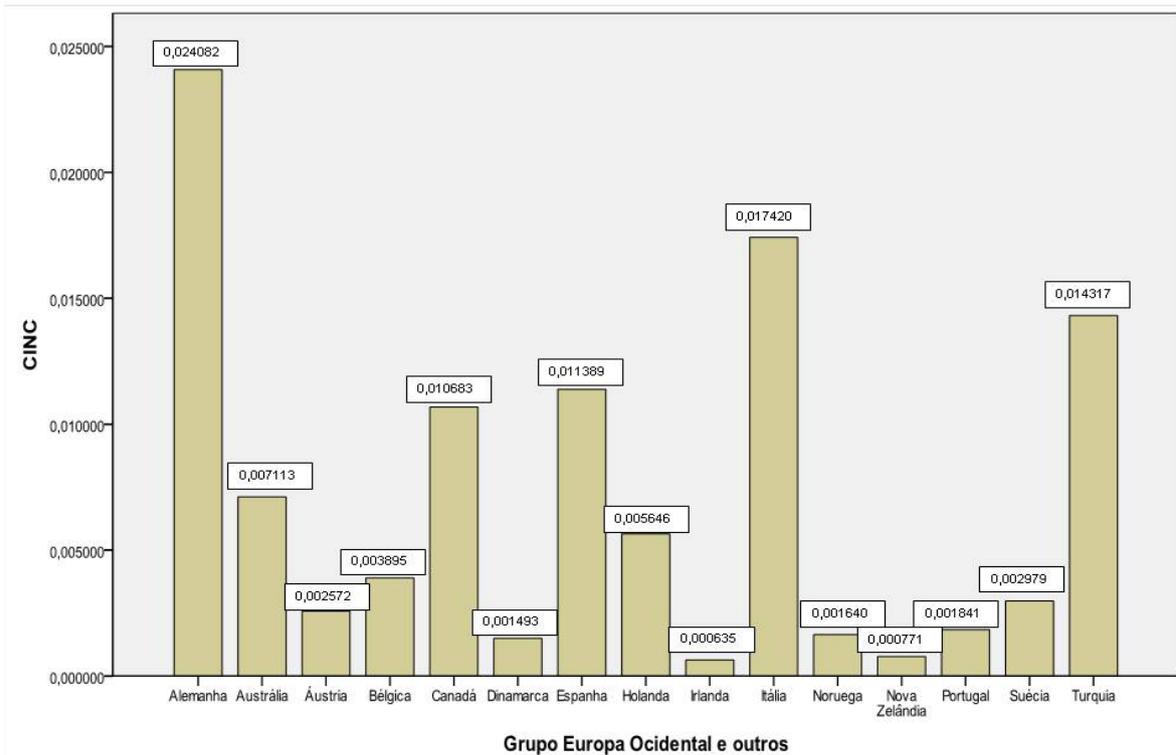
Grupo Europa Ocidental e outros							
País	Produção de Ferro e Aço (toneladas)	Consumo de Energia Primária (milhões de toneladas equivalentes de carvão)	Efetivos Militares (em milhões)	Gastos Militares (em bilhões Us\$)	População Urbana (em milhões)	População Total (em milhões)	CINC
Alemanha	48.550	1.158	0,25	42,11	25,34	82	0,024082
Austrália	7.939	238	0,052	20,216	15,79	21	0,007113
Áustria	7.578	78	0,040	3,603	2,4	8	0,002572
Bélgica	10.692	213	0,040	5	1,5	11	0,003895
Canadá	15.572	707	0,063	18,491	13,2	33	0,010683
Dinamarca	392	54	0,022	4,028	1,2	5	0,001493
Espanha	18.999	529	0,147	17,495	18,8	45	0,011389
Holanda	7.368	360	0,053	11,141	5,2	16	0,005646
Irlanda	150	19	0,01	1,329	0,7	4	0,000635
Itália	31.553	790	0,19	37,77	13,61	59	0,017420
Noruega	708	77	23	5,546	1,1	5	0,001640
Nova Zelândia	845	24	0,009	1,388	2,2	4	0,000771
Portugal	1.400	92	0,044	3,389	0,9	11	0,001841
Suécia	5.673	129	0,028	6,773	2,6	9	0,002979
Turquia	25.754	370	0,515	13,643	14,2	74	0,014317

Fonte: Adaptado de Correlates of War (2017).

Acerca deste grupo, a Alemanha prepondera com os valores mais substanciais das Capacidades Materiais Nacionais. O país detém os índices mais elevados em quase todos os indicadores, à exceção dos efetivos militares, no qual se destaca a Turquia. A Itália apresenta, como conjunto, a segunda posição geral e em boa parte dos indicadores apresentados.

Novamente, a distribuição das Capacidades Materiais Nacionais pode ser visualizada no Gráfico 6, abaixo:

Gráfico 6 – Capacidades Materiais Nacionais do Grupo Europa Ocidental e outros



Fonte: os autores (2022).

Para a compreensão do comportamento dos grupos de estudo, apresenta-se a estatística descritiva da amostra, composta das respectivas médias dos grupos, desvios-padrão e valores máximos e mínimos do CINC, que pode ser completamente analisada na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística descritiva do CINC

Grupos	n	Mínimo	Máximo		S
Membros Permanentes	5	0,018924	0,198578	0,08401660	0,081691249
Africano	11	0,000153	0,009713	0,00348327	0,003376807
Ásia-Pacífico	9	0,001448	0,073444	0,02038933	0,023705092
Leste Europeu	4	0,001422	0,011835	0,00585225	0,004603154
América Latina e Caribe	11	0,000196	0,024597	0,00561082	0,007164043
Europa Ocidental e outros	15	0,000635	0,024082	0,00709840	0,007065209
Total	55				

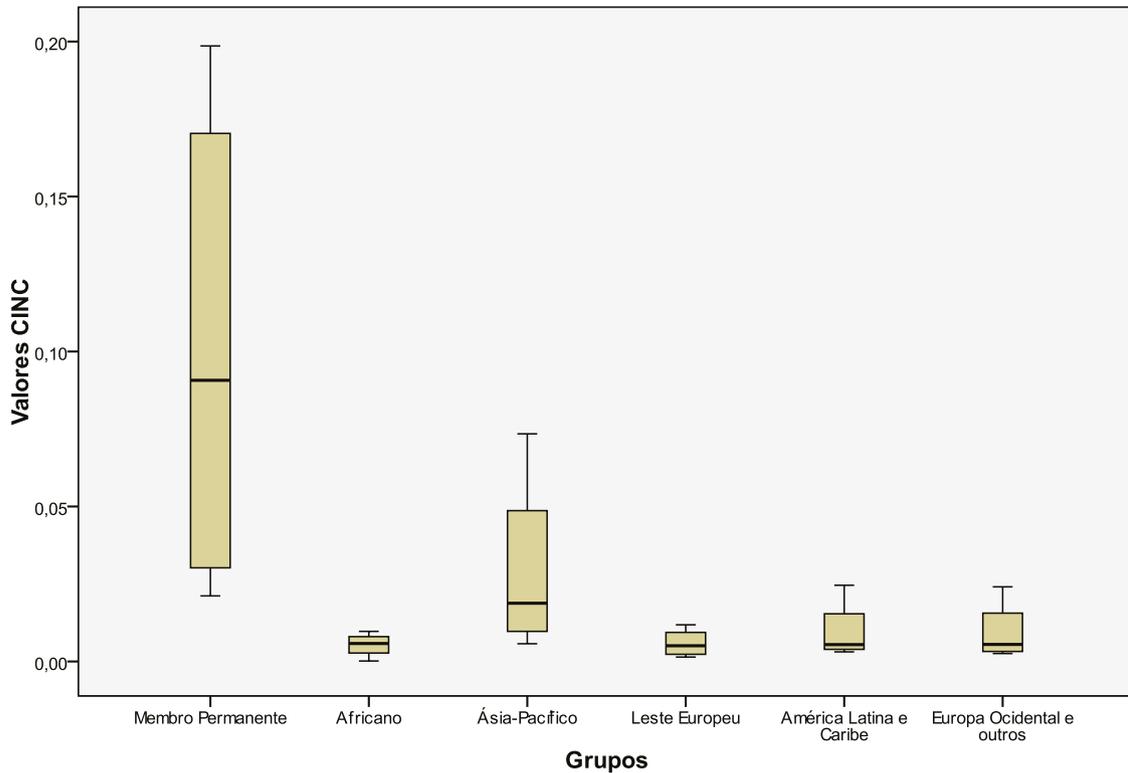
= média amostralFonte: Os autores (2022).

Legenda: = média amostral; S = desvio padrão

Da leitura à referida tabela, percebe-se que o Grupo Membros Permanentes possui o maior valor de média de CINC (0,08401660), tendo como valor máximo apresentado pela China (0,198578) e mínimo da França (0,018924). O grupo que mais se aproxima, em média, do Membros Permanentes é o Grupo Ásia-Pacífico (0,02038933), no qual se inserem Índia e Japão. O valor máximo do grupo é constituído pelo da Índia (0,073444), enquanto o mínimo é da Jordânia (0,001448). Na sequência, assinala-se o Grupo Europa Ocidental e outros com média de 0,00709840. A Alemanha é o país com o maior valor de CINC do grupo (0,024082) e a Irlanda o menor (0,000635). O próximo grupo é o composto pelos países do Leste Europeu, cuja média foi de 0,00585225. Neste, o valor máximo foi apresentado pela Ucrânia (0,011835) e o mínimo pela Bulgária (0,001422). Com valor médio pouco abaixo ao anterior, pontua-se o Grupo América Latina e Caribe (0,00561082), que apresenta na vanguarda o Brasil (0,024597) e, de maneira mais modesta, o Panamá (0,000196). Por fim, com a menor média dentre os grupos pesquisados, assinala-se o Africano (0,00348327), que apresenta como valor máximo o do Egito (0,009713) e mínimo o do Gabão (0,000153).

No Gráfico 7, pode-se comparar a distribuição das medianas dos grupos da amostra e o comportamento dos quartis, por meio do diagrama de caixa (*box plot*).

Gráfico 7 – Box plot das Capacidades Materiais Nacionais



Fonte: os autores (2022).

Desta análise, pode-se inferir que o Grupo Ásia-Pacífico é o que mais se aproxima do Grupo Membros Permanentes. Outrossim, percebe-se, a partir de observação mais particular, que se destacam dentre os possíveis candidatos ao assento permanente no CSNU, Índia, Japão, Brasil, Alemanha e Coreia do Sul. Índia e Japão só não possuem índices superiores à China e aos EUA, enquanto os demais apresentam resultados mais elevados que França e Reino Unido. Os valores obtidos por Itália, Turquia, Paquistão, Indonésia e México também são dignos de registro, revelando a proeminência econômica destes países no cenário internacional, ainda que com resultados menos expressivos que os membros permanentes.

A fim de verificar a igualdade ou diferença entre os valores médios dos grupos, utilizou-se a ANOVA *One Way*, com 55 observações e 5 graus de liberdade. Encontrou-se $F(5,55) = 8,355$, para um p-valor de 0,000. Uma vez que o p-valor é aproximadamente zero, rejeita-se a hipótese nula de igualdade de médias para qualquer nível de significância. Assim, a ANOVA permite concluir que as médias não são todas iguais, o que quer dizer que existem diferenças significativas nos valores de CINC entre os Grupos Regionais e os membros permanentes.

Foi realizado teste de Levene para a verificação da homogeneidade das variâncias que confirmou a hipótese. Pela Tabela 3 é apresentado o resultado do teste de Tukey, a partir do qual foram identificados os grupos que apresentaram dados médios diferentes entre si.

Tabela 3 – Teste de Tukey para o indicador CINC

		Diferença das Médias	Erro Padrão Cauda Inferior	Sig. Cauda Superior	Intervalo de Confiança 95%	
P5	GA	,080533327*	,013907505	,000	,03929166	,12177500
	GAP	,063627267*	,014382300	,001	,02097763	,10627690
	GLE	,078164350*	,017297241	,001	,02687067	,12945803
	GALC	,078405782*	,013907505	,000	,03716411	,11964745
	GEO	,076918200*	,013315423	,000	,03743231	,11640409
GA	P5	-,080533327*	,013907505	,000	-,12177500	-,03929166
	GAP	-,016906061	,011589588	,691	-,05127412	,01746200
	GLE	-,002368977	,015055316	1,000	-,04701439	,04227644
	GALC	-,002127545	,010994848	1,000	-,03473195	,03047686
	GEO	-,003615127	,010235647	,999	-,03396817	,02673792
GAP	P5	-,063627267*	,014382300	,001	-,10627690	-,02097763
	GA	,016906061	,011589588	,691	-,01746200	,05127412
	GLE	,014537083	,015494980	,935	-,03141212	,06048629
	GALC	,014778515	,011589588	,797	-,01958954	,04914657
	GEO	,013290933	,010871997	,824	-,01894916	,04553103
GLE	P5	-,078164350*	,017297241	,001	-,12945803	-,02687067
	GA	,002368977	,015055316	1,000	-,04227644	,04701439
	GAP	-,014537083	,015494980	,935	-,06048629	,03141212
	GALC	,000241432	,015055316	1,000	-,04440398	,04488685
	GEO	-,001246150	,014510145	1,000	-,04427490	,04178260
GALC	P5	-,078405782*	,013907505	,000	-,11964745	-,03716411
	GA	,002127545	,010994848	1,000	-,03047686	,03473195
	GAP	-,014778515	,011589588	,797	-,04914657	,01958954
	GLE	-,000241432	,015055316	1,000	-,04488685	,04440398
	GEO	-,001487582	,010235647	1,000	-,03184063	,02886546
GEO	P5	-,076918200*	,013315423	,000	-,11640409	-,03743231
	GA	,003615127	,010235647	,999	-,02673792	,03396817
	GAP	-,013290933	,010871997	,824	-,04553103	,01894916
	GLE	,001246150	,014510145	1,000	-,04178260	,04427490
	GALC	,001487582	,010235647	1,000	-,02886546	,03184063

Fonte: Os autores (2022).

Nota: * A diferença das médias é significativa para nível de 0,05.

Da leitura da tabela anterior, pode-se depreender que a média de CINC do Grupo Membros Permanentes é significativamente diferente (superior) às médias dos demais Grupos Regionais, os quais, por sua vez, exibem resultados semelhantes à luz da estatística.

Em síntese, no que concerne à comparação deste primeiro indicador, a superioridade dos membros permanentes em relação aos demais grupos pode consistir em possível óbice à negociação para ampliação do CSNU, pelos índices mais modestos de CINC alcançados pelos Grupos Regionais, a despeito das posições de destaque no cenário internacional de alguns países, quando analisados isoladamente.

7 Contribuição para o orçamento regular da ONU

Acerca deste indicador, recorda-se que a ONU é financiada a partir de contribuições voluntárias de seus Estados-membros. No intervalo de dois anos, os orçamentos das Nações Unidas e de suas agências especializadas são submetidos a avaliações. A Assembleia Geral aprova o orçamento regular e determina a avaliação para cada membro.

Conforme a Resolução 73/271 (UNITED NATIONS, 2019a), a Assembleia decidiu que a escala de contribuições para o período 2019-2021 deve ser baseada em elementos e critérios, considerando: as estimativas do rendimento nacional bruto; os períodos estatísticos de referência médios de três e seis anos; as taxas de conversão com base nas taxas de câmbio de mercado, salvo o que causaria flutuações excessivas e distorções no resultado de alguns Estados, quando devem ser empregadas taxas ajustadas ao preço de troca ou outras taxas de conversão adequadas, tendo em conta sua Resolução 46/221B (UNITED NATIONS, 1991); a abordagem do peso da dívida utilizada na escala de contribuições para o período 2016-2018; o ajuste para baixas rendas per capita de 80%, com um valor-limite de renda per capita média da renda per capita nacional, em valor bruto, de todos os Estados-membros por períodos-base estatísticos; taxa de tributação mínima de 0,001%; taxa de tributação máxima para os países menos desenvolvidos de 0,01%; e taxa de tributação máxima de 22% (UNITED NATIONS, 2020).

As contribuições, destacadas as taxas de tributação e o valor bruto, passam a ser apresentadas nos quadros na sequência, posicionando o Estado-membro conforme a hierarquia tributária mundial (UNITED NATIONS, 2019b).

Quadro 10 – Contribuição do P5 para o orçamento regular da ONU, 2019-2021

Grupo Membros Permanentes			
País	Taxa de tributação (%)	Valor bruto (em Us\$)	Posição mundial
EUA	22	678.613.826	1°
China	12,005	370.307.226	2°
Reino Unido	4,567	140.874.061	5°
França	4,427	136.555.610	6°
Rússia	2,405	74.184.830	10°
Σ	45,404	1.400.535.553	

Fonte: Adaptado de United Nations (2019b).

O Grupo Membros Permanentes concentra parte das maiores contribuições para o orçamento regular da ONU, perfazendo mais de 45% do total arrecadado anualmente pelo organismo. Os EUA são os maiores contribuintes, atingindo o valor percentual máximo da taxa de tributação de 22%, seguido de China, pouco mais da metade da taxa. Reino Unido e França são tributados na casa dos 4,5%, e Rússia apresenta contribuição inferior, não obstante ocupar a 10ª posição na contribuição ao orçamento da ONU.

No prosseguimento, exibe-se o Quadro 11, com as informações referentes ao Grupo Africano:

Quadro 11 – Contribuição do Grupo Africano para o orçamento regular da ONU, 2019-2021

Grupo Africano			
País	Taxa de tributação (%)	Valor bruto (em Us\$)	Posição mundial
África do Sul	0,272	8.390.135	44°
Nigéria	0,250	7.711.521	46°
Egito	0,186	5.737.372	50°
Argélia	0,138	4.256.760	54°
Marrocos	0,055	1.696.535	68°
Tunísia	0,025	771.152	88°
Gabão	0,015	462.691	96°
Gana	0,015	462.691	96°
Zâmbia	0,009	277.615	115°
Uganda	0,008	246.769	119°
Ruanda	0,003	92.538	146°
Σ	0,976	30.105.779	

Fonte: Adaptado de United Nations (2019b).

Naturalmente, conforme a própria regra estabelecida pela ONU, face ao desenvolvimento econômico de cada um dos Estados-membros, os países do continente africano têm taxas de contribuição mais baixas. Neste Grupo Regional a África do Sul é a maior contribuinte, com uma taxa de tributação de 0,272%, ocupando somente a 44a posição mundial. Conjuntamente, os Estados que integram a amostra do Grupo Africano somam menos de 1% do orçamento anual da ONU.

Os detalhes relativos ao Grupo Ásia-Pacífico estão expostos abaixo:

Quadro 12 – Contribuição do Grupo Ásia-Pacífico para o orçamento regular da ONU, 2019-2021

Grupo Ásia-Pacífico			
País	Taxa de tributação (%)	Valor bruto (em Us\$)	Posição mundial
Japão	8,564	264.165.855	3o
Coreia do Sul	2,267	69.928.070	11o
Índia	0,834	25.725.633	21o
Indonésia	0,543	16.749.423	29o
Malásia	0,341	10.518.514	38o
Filipinas	0,205	6.323.447	48o
Paquistão	0,115	3.547.300	57o
Jordânia	0,021	647.768	90o
Síria	0,011	339.307	105o
Σ	12,901	397.945.317	

Fonte: Adaptado de United Nations (2019b).

Este grupo revela-se bastante heterogêneo, uma vez que engloba países como Japão e Coreia do Sul, 3º e 11º maiores contribuintes para a ONU, sendo o primeiro tributado em 8,5%. No entanto, abrange, também, países com tributação inferior a 0,1%, como Jordânia e Síria. Os nove Estados que compõem a amostra do Grupo Ásia-Pacífico são contribuintes com aproximadamente 13% do orçamento regular da ONU.

Os valores da contribuição para o orçamento regular da ONU, relativo ao Grupo Leste Europeu, estão detalhados no Quadro 13, a seguir:

Quadro 13 – Contribuição do Grupo Leste Europeu para o orçamento regular da ONU, 2019-2021

Grupo Leste Europeu			
País	Taxa de tributação (%)	Valor bruto (em Us\$)	Posição mundial
Polônia	0,802	24.738.559	23o
Romênia	0,198	6.107.525	49o
Ucrânia	0,057	1.758.227	67o
Bulgária	0,046	1.418.920	75o
Σ	1,103	34.023.231	

Fonte: Adaptado de United Nations (2019b).

Da leitura das informações acima, percebe-se que, apesar de a Polônia ser o 23º maior contribuinte da ONU, de maneira geral, as taxas de contribuição dos países deste grupo são intermediárias, todas inferiores a 1%. Somados, perfazem pouco mais de 1% do orçamento da ONU.

O Grupo América Latina e Caribe pode ser explorado mais profundamente, a partir das informações expostas na sequência.

Quadro 14 – Contribuição do Grupo América Latina e Caribe para o orçamento regular da ONU, 2019-2021

Grupo América Latina e Caribe			
País	Taxa de tributação (%)	Valor bruto (em Us\$)	Posição mundial
Brasil	2,948	90.934.253	8o
México	1,292	39.853.139	16o
Argentina	0,915	28.224.166	19o
Venezuela	0,728	22.455.948	25o
Chile	0,407	12.554.356	33o
Colômbia	0,288	8.883.672	42o
Peru	0,152	4.688.605	53o
Cuba	0,080	2.467.687	59o
Equador	0,080	2.467.687	59o
Costa Rica	0,062	1.912.457	66o
Panamá	0,045	1.388.074	76o
Σ	6,997	215.830.044	

Fonte: Adaptado de United Nations (2019b).

À semelhança do Grupo Ásia-Pacífico, os países latino-americanos e caribenhos mostram-se bastante heterogêneos, quando observadas as contribuições para o orçamento da ONU. Destacam-se Brasil e México, 8º e 16º maiores contribuintes, respectivamente, que, conjuntamente com os demais integrantes somam quase 7% do orçamento regular da ONU. Entretanto, o mesmo grupo apresenta países com contribuição inferior a 0,1%, tais como Cuba, Equador, Costa Rica e Panamá.

A leitura pormenorizada das taxas e valores brutos de contribuição à ONU, referente ao Grupo Europa Ocidental e outros pode ser realizada no prosseguimento.

Quadro 15 – Contribuição do Grupo Europa Ocidental e outros para o orçamento regular da ONU, 2019-2021

Grupo Europa Ocidental e outros			
País	Taxa de tributação (%)	Valor bruto (em Us\$)	Posição mundial
Alemanha	6,090	187.852.646	4o
Itália	3,307	102.007.997	7o
Canadá	2,734	84.333.191	9o
Austrália	2,210	68.169.844	12o
Espanha	2,146	66.195.694	13o
Turquia	1,371	42.289.980	14o
Holanda	1,356	41.827.289	15o
Suécia	0,906	27.946.551	20o
Bélgica	0,821	25.324.634	22o
Noruega	0,754	23.257.947	24o
Áustria	0,677	20.882.798	26o
Dinamarca	0,554	17.088.730	28o
Irlanda	0,371	11.443.897	35o
Portugal	0,350	10.796.129	37o
Nova Zelândia	0,291	8.976.210	41o
Σ	23,938	738.393.537	

Fonte: Adaptado de United Nations (2019b).

Neste grupo, como pode ser identificado, estão concentradas algumas das maiores economias mundiais, fato que justifica contribuições bastante elevadas, como as da Alemanha, Itália, Canadá, Austrália e Espanha, todas superiores a 2%. Destaca-se o primeiro país, que é o quarto maior contribuinte mundial, com mais de 6% de tributação. A parte majoritária dos integrantes encontra-se entre os trinta maiores contribuintes, revelando homogeneidade do grupo.

A fim de proporcionar o entendimento estatístico dos grupos de estudo, no que concerne ao indicador em estudo, apresenta-se a Tabela 4, com as respectivas médias, desvios-padrão e valores máximos e mínimos.

Tabela 4 – Estatística descritiva da Contribuição para o orçamento regular da ONU

Grupos	n	Mínimo	Máximo		S
Membros Permanentes	5	2,405	22,00	9,08080	7,239547
Africano	11	0,003	0,272	0,08873	0,098986
Ásia-Pacífico	9	0,011	8,564	1,43344	2,606637
Leste Europeu	4	0,046	0,802	0,27575	0,309685
América Latina e Caribe	11	0,045	2,948	0,63609	0,829393
Europa Ocidental e outros	15	0,291	6,090	1,59587	1,498410
Total	55				

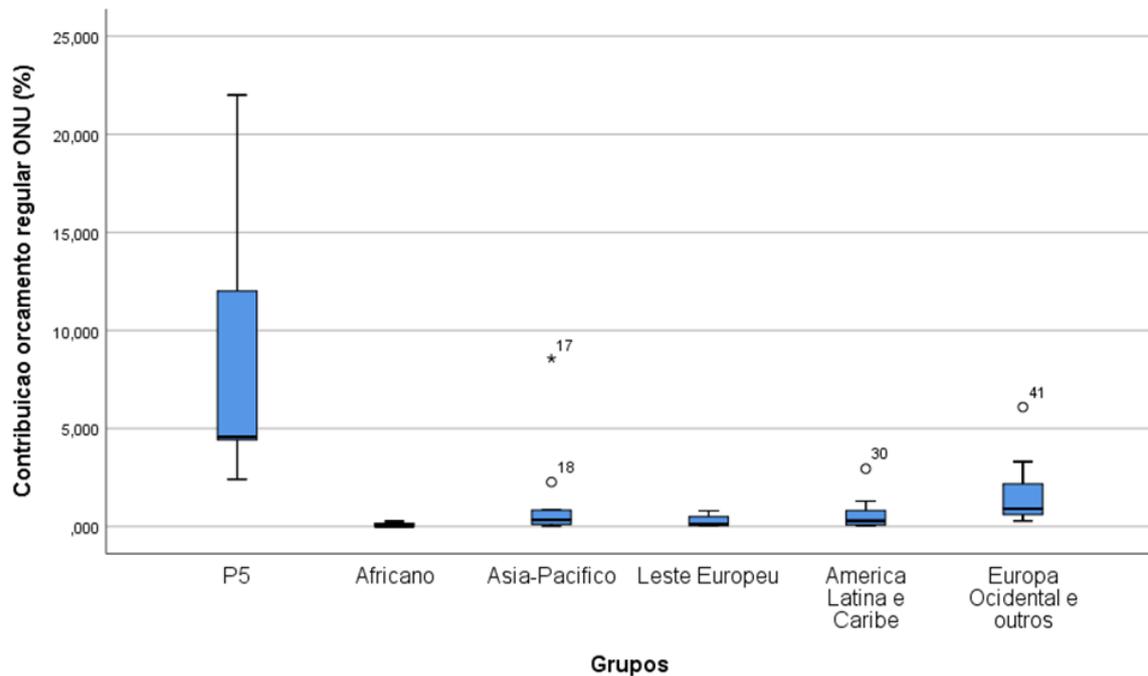
Fonte: Os autores (2022).

Legenda: = média amostral; S = desvio padrão.

Conforme pode ser observado na tabela acima, o Grupo Membros Permanentes possui o maior valor médio de contribuição ao orçamento da ONU (9,08080%), cuja maior tributação é despendida pelos EUA (22%), como anteriormente comentado. O grupo que mais se aproxima do Membros Permanentes, em média, é o Grupo Europa Ocidental e outros (1,59587%), no qual se inserem Estados com economias desenvolvidas e, conseqüentemente, mais tributadas. Na sequência, assinala-se o Grupo Ásia-Pacífico com média de 1,43344%, seguido dos demais grupos que já apresentam contribuições inferiores a 1% (Grupo América Latina e Caribe - 0,63609%; Grupo Leste Europeu - 0,27575% e o Grupo Africano com valor médio ainda mais baixo, inferior a 0,1% - 0,08873%).

Para melhor visualização, apresenta-se o diagrama de caixa, no Gráfico abaixo:

Gráfico 8 – *Box plot* da contribuição para o orçamento regular da ONU 2019-2021 (em%)



Fonte: os autores (2022).

Nota: **Outliers*: 17- Japão; 18- Coreia do Sul; 30- Brasil; e 41- Alemanha.

Novamente, utilizou-se a ANOVA One Way para testar a igualdade ou diferença entre os valores médios dos grupos, a partir de 55 observações e 5 graus de liberdade. Encontrou-se $F(5,55) = 8,653$, para um p-valor de 0,000. Uma vez que o p-valor é menor que 0,05, rejeita-se a hipótese nula de igualdade de médias para qualquer nível de significância. Assim, a ANOVA permite concluir que as médias não são todas iguais, havendo diferenças significativas nos valores das contribuições para o orçamento ordinário da ONU entre os Grupos Regionais e os membros permanentes.

Foi realizado teste de Levene para a verificação da homogeneidade das variâncias que confirmou a hipótese. Apresenta-se o resultado do teste de Tukey, na sequência, que expõe os grupos que apresentaram dados médios diferentes.

Tabela 5 – Teste de Tukey entre para o indicador contribuição para o orçamento regular da ONU

		Diferença das Médias	Erro Padrão Cauda Inferior	Sig. Cauda Superior	Intervalo de Confiança 95%	
P5	GA	8,992073*	1,471950	,000	4,62711	13,35703
	GAP	7,647356*	1,522202	,000	3,13338	12,16133
	GLE	8,805050*	1,830715	,000	3,37620	14,23390
	GALC	8,444709*	1,471950	,000	4,07975	12,80967
	GEO	7,484933*	1,409285	,000	3,30580	11,66406
GA	P5	-8,992073*	1,471950	,000	-13,35703	-4,62711
	GAP	-1,344717	1,226625	,881	-4,98218	2,29275
	GLE	-,187023	1,593433	1,000	-4,91223	4,53818
	GALC	-,547364	1,163679	,997	-3,99817	2,90344
	GEO	-1,507139	1,083326	,732	-4,71966	1,70538
GAP	P5	-7,647356*	1,522202	,000	-12,16133	-3,13338
	GA	1,344717	1,226625	,881	-2,29275	4,98218
	GLE	1,157694	1,639966	,980	-3,70550	6,02089
	GALC	,797354	1,226625	,986	-2,84011	4,43482
	GEO	-,162422	1,150676	1,000	-3,57467	3,24982
GLE	P5	-8,805050*	1,830715	,000	-14,23390	-3,37620
	GA	,187023	1,593433	1,000	-4,53818	4,91223
	GAP	-1,157694	1,639966	,980	-6,02089	3,70550
	GALC	-,360341	1,593433	1,000	-5,08555	4,36487
	GEO	-1,320117	1,535733	,954	-5,87422	3,23398
GALC	P5	-8,444709*	1,471950	,000	-12,80967	-4,07975
	GA	,547364	1,163679	,997	-2,90344	3,99817
	GAP	-,797354	1,226625	,986	-4,43482	2,84011
	GLE	,360341	1,593433	1,000	-4,36487	5,08555
	GEO	-,959776	1,083326	,948	-4,17230	2,25275
GEO	P5	-7,484933*	1,409285	,000	-11,66406	-3,30580
	GA	1,507139	1,083326	,732	-1,70538	4,71966
	GAP	,162422	1,150676	1,000	-3,24982	3,57467
	GLE	1,320117	1,535733	,954	-3,23398	5,87422
	GALC	,959776	1,083326	,948	-2,25275	4,17230

Fonte: os autores (2022).

Nota: *A diferença das médias é significativa para nível de 0,05.

Novamente, o Grupo Membros Permanentes apresentou média significativamente diferente às médias de todos os Grupos Regionais, que não mostraram diferenças entre si. Portanto, acerca da comparação deste segundo indicador, repete-se o observado anteriormente, com a superioridade dos membros permanentes em relação aos demais grupos. Ademais, a diferença significativa na contribuição para o orçamento da ONU, enquanto indicador de projeção econômica internacional, pode representar eventual obstáculo a um maior aprofundamento em tratativas referentes à reforma do CSNU, se buscadas pelos Grupos Regionais, enquanto meios de pressão e influência, não obstante as contribuições elevadas de alguns de seus integrantes (como observado nos Estados *outliers* em seus respectivos Grupos Regionais – Alemanha, Brasil, Coreia do Sul e Japão).

8 Produto Interno Bruto

Como terceiro indicador passa-se a estudar o PIB, que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região.

Nesta pesquisa, utilizou-se como dado o valor do PIB nominal de 2019 em dólares, disponíveis no *World Economic Outlook Database* do *International Monetary Fund* (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019) para mensuração das economias nacionais, bem como a comparação das taxas de crescimento anuais (em percentuais), expostas em gráficos do *Data Mapper*, no período 1980 a 2019 (exceção Egito e Paquistão, cujos dados utilizados foram de 2018, pela inexistência de informações mais recentes; além de Síria e Cuba, que não dispõem de valores de PIB divulgados há aproximadamente dez anos).

Apresenta-se, a seguir, o Quadro 16 que consolida o PIB dos grupos da amostra, bem como apresenta o *ranking* mundial da economia de cada um dos Estados.

Quadro 16 – Produto interno bruto nominal 2019 dos grupos da amostra

Produto Interno Bruto 2019 (em bilhões de dólares)											
Membros Permanentes		Africano		Ásia-Pacífico		Leste Europeu		América Latina e Caribe		Europa Ocidental e outros	
EUA	21439,45 (1 ^o)	Nigéria	446,54(28 ^o)	Japão	5154,47 (3 ^o)	Polónia	565,85 (22 ^o)	Brasil	1847,02 (9 ^o)	Alemanha	3863,34 (4 ^o)
China	14140,16 (2 ^o)	África do Sul	358,83(37 ^o)	Índia	2935,57 (5 ^o)	Roménia	243,69 (48 ^o)	México	1274,17 (15 ^o)	Itália	1988,63 (8 ^o)
Reino Unido	2743,58 (6 ^o)	Egito	302,25(42 ^o)	Coreia do Sul	1629,53 (12 ^o)	Ucrânia	150,40 (58 ^o)	Argentina	445,46 (29 ^o)	Canadá	1730,91 (10 ^o)
França	2707,07 (7 ^o)	Argélia	178,63(55 ^o)	Indonésia	1111,71 (16 ^o)	Bulgária	66,25 (75 ^o)	Colômbia	327,89 (40 ^o)	Espanha	1397,87 (13 ^o)
Rússia	1637,89 (11 ^o)	Marrocos	119,04(60 ^o)	Malásia	365,30 (35 ^o)			Chile	294,23 (43 ^o)	Austrália	1376,25 (14 ^o)
		Gana	67,07 (74 ^o)	Filipinas	356,81 (38 ^o)			Peru	228,98 (50 ^o)	Holanda	902,35 (17 ^o)
		Tunísia	38,73 (95 ^o)	Paquistão	284,21 (44 ^o)			Equador	107,91 (61 ^o)	Turquia	743,70 (19 ^o)
		Uganda	30,66(102 ^o)	Jordânia	44,17 (92 ^o)			Venezuela	70,14 (71 ^o)	Suécia	528,92 (24 ^o)
		Zâmbia	23,94(109 ^o)	Síria	indisponível			Panamá	68,53 (73 ^o)	Bélgica	517,60 (25 ^o)
		Gabão	16,87(119 ^o)					Costa Rica	61,02 (79 ^o)	Áustria	447,71 (27 ^o)
		Ruanda	10,20(142 ^o)					Cuba	indisponível	Noruega	417,62 (30 ^o)
										Irlanda	384,94 (33 ^o)
										Dinamarca	347,17 (39 ^o)
										Portugal	236,40 (49 ^o)
										Nova Zelândia	204,67 (53 ^o)

Fonte: Os autores (2022).

Legenda: = média amostral; S = desvio padrão.

Percebe-se que alguns participantes do Grupo Membros Permanentes são também parte do G7 (EUA, França e Reino Unido), países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo, à exceção da China (segunda maior economia mundial, ainda classificada como mercado emergente e economia em desenvolvimento pelo IMF, integrante do G20 e dos BRICS) e da Rússia (igualmente do G20 e dos BRICS), esta última excluída do grupo em 2014, como sanção à disputa territorial militar com a Ucrânia, referente à região da Crimeia.

Já no caso do Grupo Ásia-Pacífico, concentram-se economias pujantes, como as do Japão (também integrante do G7) e Coreia do Sul, além de mercados emergentes de economias em desenvolvimento, tais como Índia e Indonésia, países que fazem parte do G20 econômico e o último também do MINT.

No que concerne ao Grupo Europa Ocidental e outros, ressalta-se a presença de componentes do G7 (Alemanha, Canadá e Itália), demais economias avançadas da Zona do Euro e da Oceania, representadas por Austrália (G20) e Nova Zelândia, além da economia emergente da Turquia (G20 e MINT).

O Grupo América Latina e Caribe é composto somente por mercados emergentes e economias em desenvolvimento, dentre os quais se destacam os também integrantes do G20: Brasil, México (também MINT) e Argentina.

Acerca do Grupo Africano, os integrantes possuem economias mais modestas, ainda em desenvolvimento, com destaque para Nigéria e África do Sul, ambos participantes do G20, e, respectivamente, do MINT e dos BRICS.

Apresenta-se, na Tabela 6, a estatística descritiva do PIB dos grupos de estudo, composta pelas respectivas médias, desvios-padrão e valores máximos e mínimos dos Estados.

Tabela 6 – Estatística descritiva do Produto Interno Bruto 2019

Grupos	n	Mínimo	Máximo	S
Membros Permanentes	5	1637,89	21439,45	7912,2447
Africano	11	10,20	446,54	148,5890
0.0.0.4. Ásia-Pacífico	8	44,17	5154,47	1649,7661
0.0.0.10. Leste Europeu	4	66,25	565,85	189,2840
0.0.0.16. América Latina e Caribe	10	61,02	1847,02	572,0168
0.0.0.22. Europa Ocidental e outros	15	204,67	3863,34	938,2198
0.0.0.28.Total	53			

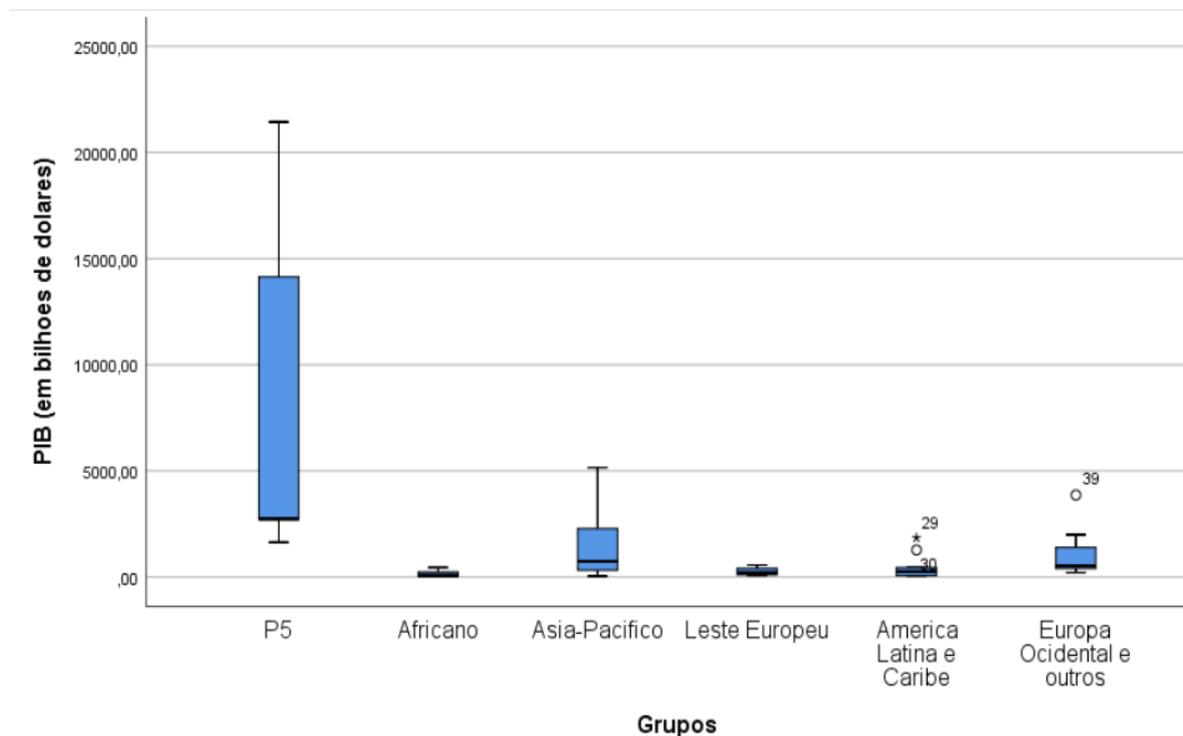
Fonte: Os autores (2022).

Legenda: = média amostral; S = desvio padrão.

Conforme o acima exposto, o Grupo Membros Permanentes possui o maior valor médio do PIB (8533,63 bilhões de dólares), dentre os quais o máximo é apresentado pelos EUA (21439,45 bilhões de dólares). Acerca deste indicador, o grupo que mais se aproxima do Membros Permanentes, em média, é o Grupo Ásia Pacífico, com PIB médio de 1485,2213 bilhões, uma vez que é composto economias bastante relevantes, como já destacado. Na sequência, pontua-se o Grupo Europa Ocidental e outros com média de 1005,872 bilhões, seguido dos demais grupos que já apresentam PIB médios inferiores a metade deste último (Grupo América Latina e Caribe - 472,535; Grupo Leste Europeu - 256,5475 e Grupo Africano - 144,7964).

Para melhor compreensão, apresenta-se o diagrama relativo aos grupos da amostra:

Gráfico 9 – *Box plot* do Produto Interno Bruto 2019



Fonte: os autores (2022).

Nota: *Outliers: 29- Brasil; 30- México e 39- Alemanha.

Para o estabelecimento da igualdade ou diferença entre os valores médios dos grupos, foi novamente empregado o teste estatístico da ANOVA *One Way*, decorrente de 53 observações (dados indisponíveis de Cuba e Síria) e cinco graus de liberdade. Foi encontrado $F(5,53) = 7,694$ para um p-valor de 0,000. Uma vez que o p-valor é menor que 0,05, rejeita-se a hipótese nula de igualdade de médias para qualquer nível de significância. Assim, a ANOVA permite concluir que as médias não são todas iguais, o que quer dizer que existem diferenças significativas dos valores de PIB entre os Grupos Regionais e os membros permanentes.

Foi realizado teste de Levene para a verificação da homogeneidade das variâncias que confirmou a hipótese. Conforme a Tabela 7, expõe-se o resultado do teste de Tukey, sendo percebidos os grupos que apresentaram dados médios diferentes entre si.

Tabela 7 – Teste de Tukey para o indicador PIB

		Diferença das Médias	Erro Padrão Cauda Inferior	Sig. Cauda Superior	Intervalo de Confiança 95%	
P5	GA	8388,83364*	1475,32423	,000	4006,4246	12771,2427
	GAP	7048,40875*	1559,37479	,001	2416,3299	11680,4876
	GLE	8277,08250*	1834,91134	,001	2826,5300	13727,6350
	GALC	8061,09500*	1498,19884	,000	3610,7376	12511,4524
	GEO	7527,75800*	1412,51541	,000	3331,9208	11723,5952
GA	P5	-8388,83364*	1475,32423	,000	-12771,2427	-4006,4246
	GAP	-1340,42489	1270,99632	,897	-5115,8837	2435,0339
	GLE	-111,75114	1597,08533	1,000	-4855,8481	4632,3458
	GALC	-327,73864	1195,14922	1,000	-3877,8957	3222,4185
	GEO	-861,07564	1085,80923	,967	-4086,4414	2364,2901
GAP	P5	-7048,40875*	1559,37479	,001	-11680,4876	-2146,3299
	GA	1340,42489	1270,99632	,897	-2435,0339	5115,8837
	GLE	1228,67375	1675,03722	,977	-3746,9771	6204,3246
	GALC	1012,68625	1297,47825	,970	-2841,4364	4866,8089
	GEO	479,34925	1197,51820	,999	-3077,8448	4036,5433
GLE	P5	-8277,08250*	1834,91134	,001	-13727,6350	-2826,5300
	GA	111,75114	1597,08533	1,000	-4632,3458	4855,8481
	GAP	-1228,67375	1675,03722	,977	-6204,3246	3746,9771
	GALC	-215,98750	1618,23970	1,000	-5022,9229	4590,9479
	GEO	-749,32450	1539,25298	,996	-5321,6321	3822,9831
GALC	P5	-8061,09500*	1498,19884	,000	-12511,4524	-3610,7376
	GA	327,73864	1195,14922	1,000	-3222,4185	3877,8957
	GAP	-1012,68625	1297,47825	,970	-4866,8089	2841,4364
	GLE	215,98750	1618,23970	1,000	-4590,9479	5022,9229
	GEO	-533,33700	1116,69148	,997	-3580,4376	2783,7636

		Diferença das Médias	Erro Padrão Cauda Inferior	Sig. Cauda Superior	Intervalo de Confiança 95%	
GEO	P5	-7527,75800*	1412,51541	,000	-11723,5952	-3331,9208
	GA	861,07564	1085,80923	,967	-2364,2901	4086,4414
	GAP	-479,34925	1197,51820	,999	-4036,5433	3077
	GLE	749,32450	1539,25298	,996	-3822,9831	4487,2578
	GALC	533,33700	1116,69148	,997	-2783,7636	3166,6965

Fonte: os autores (2022).

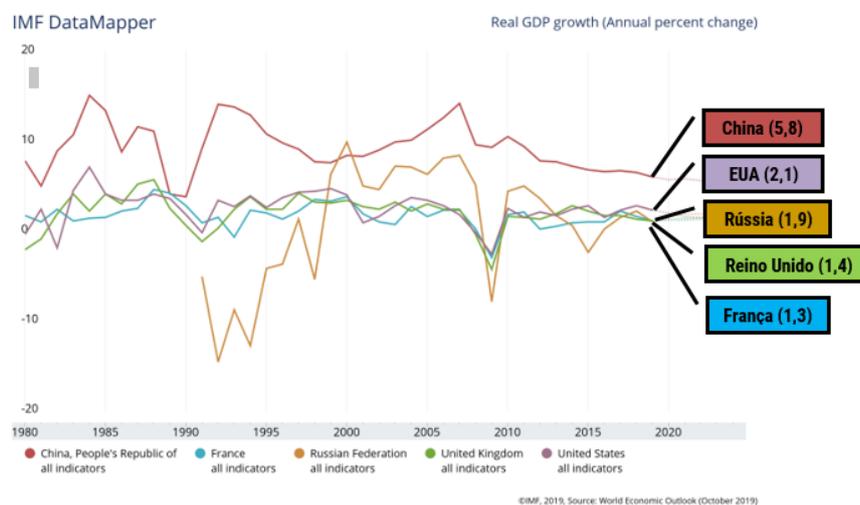
Nota: * A diferença das médias é significativa para nível de 0,05.

Da análise deste terceiro indicador, pode-se inferir que, uma vez mais, o Grupo Membros Permanentes apresentou média significativamente diferente às médias de todos os Grupos Regionais, que não mostraram diferenças entre si. Diante do exposto, no que concerne à comparação dos PIB, reproduz-se situação semelhante ao antes postulado, com a superioridade dos membros permanentes em relação aos demais grupos, que pode não dar voz ativa aos Grupos Regionais no exercício de pressão para possíveis aspirações de reforma do Conselho. Deve-se, no entanto, considerar a presença de economias pujantes, desenvolvidas e de mercados emergentes, de Estados que também integram grupos como o G7, G20, BRICS e MINT, com potencial econômico para candidatura ao assento permanente, admitindo-se o cenário de reforma.

Complementarmente, passa-se a informar, de maneira gráfica, as taxas de crescimento anual do PIB, por grupo da amostra, no período compreendido entre 1980 e 2019.

Inicia-se, portanto, com o Grupo Membros Permanentes, a partir da apreciação do Gráfico 10, abaixo:

Gráfico 10 – Taxa de crescimento anual do PIB do Grupo Membros Permanentes (1980-2019)

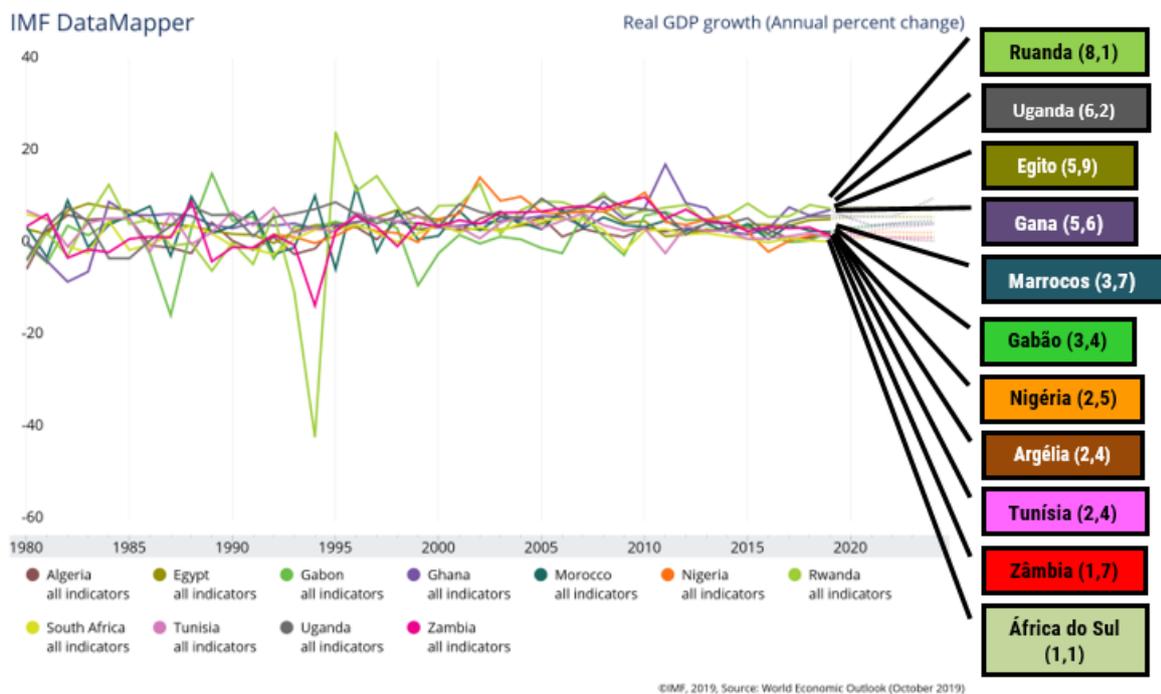


Fonte: Adaptado de International Monetary Fund (2019).

Conforme a leitura gráfica, nota-se no Grupo Membros Permanentes uma maior taxa de crescimento por parte da China (5,8%), que apresentou alguma oscilação negativa no período dos últimos oito anos. As economias ocidentais de EUA, França e Reino Unido foram fortemente impactadas no momento marcado pela crise financeira de 2008, contudo apresentam recuperação e estabilidade de crescimento. Diferentemente dos demais, Rússia que se encontrava em contração, com crescimento negativo, influenciada pela desvalorização de sua moeda e pelas sanções impostas em virtude da crise com a Ucrânia, apresenta retomada a partir de 2015.

Abaixo, expõe-se a oscilação das taxas de crescimento do PIB, relativa ao Grupo Africano:

Gráfico 11 – Taxa de crescimento anual do PIB do Grupo Africano (1980-2019)

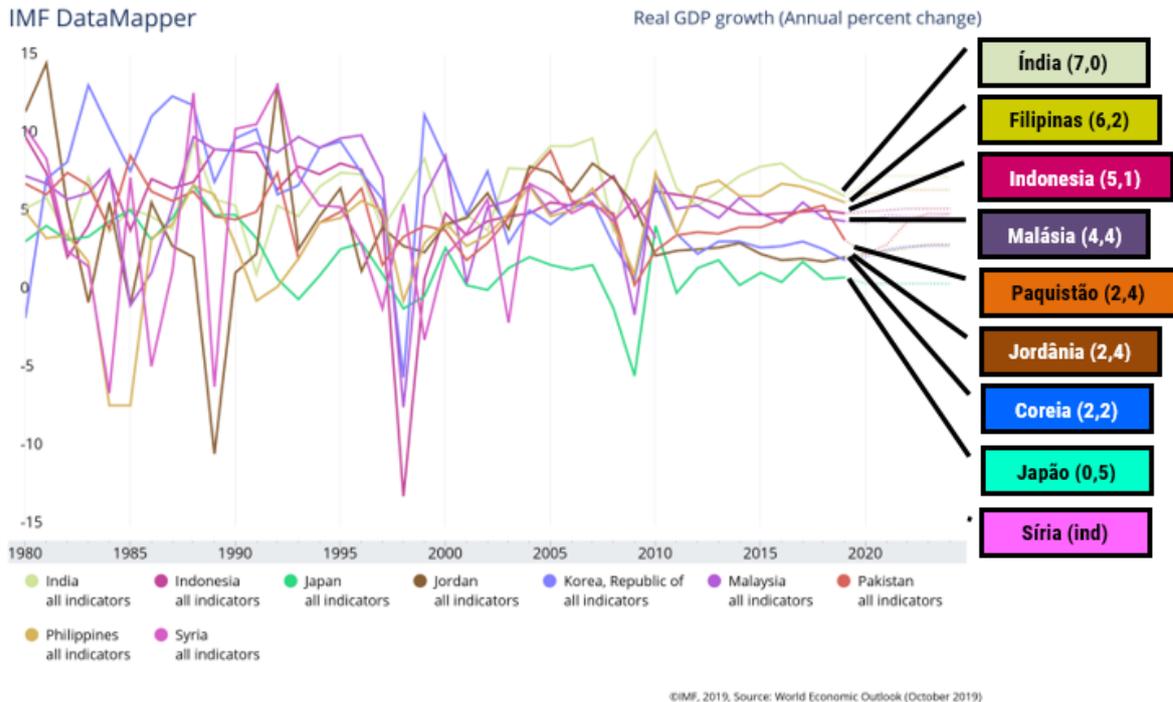


Fonte: Adaptado de International Monetary Fund (2019).

As economias do grupo, apesar de serem as mais frágeis no contexto dos mercados internacionais, apresentam, também, mais espaço para crescimento. Desta forma, no corrente, todas exibem valores positivos. As duas economias mais robustas, assinalada pela Nigéria e África do Sul, exibem taxas de crescimento menores que boa parte dos demais Estados, na ordem de 2,5% e 1,1%, respectivamente.

Na sequência, expõe-se o gráfico relativo ao crescimento do PIB do Grupo Ásia-Pacífico.

Gráfico12 – Taxa de crescimento anual do PIB do Grupo Ásia-Pacífico (1980-2019)

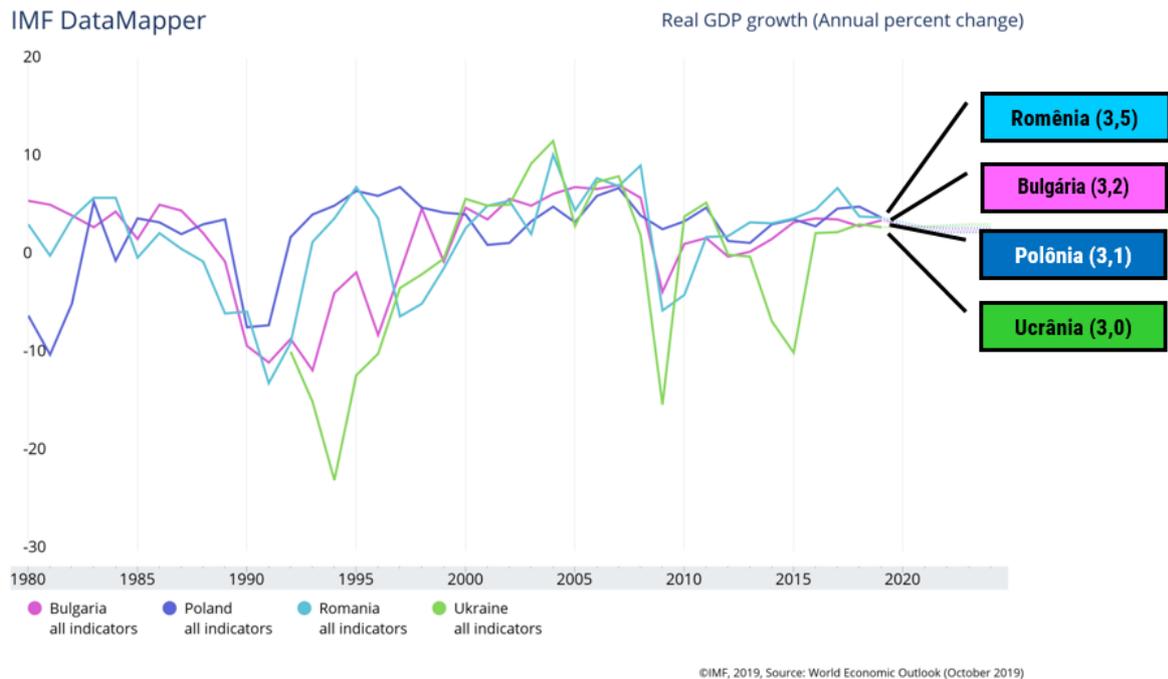


Fonte: Adaptado de International Monetary Fund (2019).

Neste, fica patente a pujança da economia indiana, com oscilações, mas crescimento, ocupando a quinta posição mundial e a segunda no grupo. O Japão, detentor do maior desenvolvimento econômico do grupo e terceiro maior PIB mundial, tem apresentado taxas de crescimento mais modestas, atualmente na faixa de 0,5%. A economia avançada da Coreia do Sul apresenta taxa de crescimento em patamar intermediário para o grupo, na faixa de 2,2%, enquanto o mercado emergente da Indonésia, cresce 5,1%, em 2019.

As considerações referentes ao Grupo Leste Europeu passam a ser realizadas na sequência:

Gráfico 13 – Taxa de crescimento anual do PIB do Grupo Leste Europeu (1980-2019)

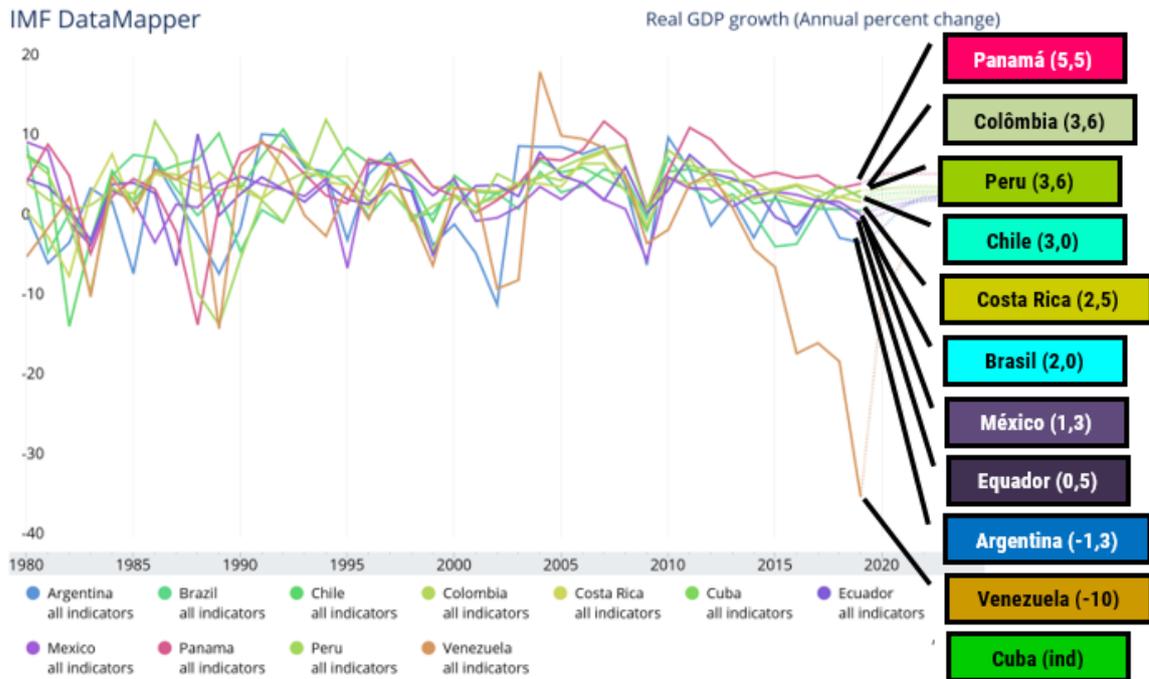


Fonte: Adaptado de International Monetary Fund (2019).

Todas as economias do grupo têm taxa de crescimento semelhante na faixa dos 3%. A economia ucraniana afasta-se da contração, com desenvolvimento negativo, em especial no ano de 2015, possivelmente como reflexo da crise militar de disputa territorial com a Rússia, retomando o crescimento a partir de então.

Adiante comenta-se as características do crescimento do PIB relativo ao Grupo América Latina e Caribe:

Gráfico 14 – Taxa de crescimento anual do PIB do Grupo América Latina e Caribe (1980-2019)

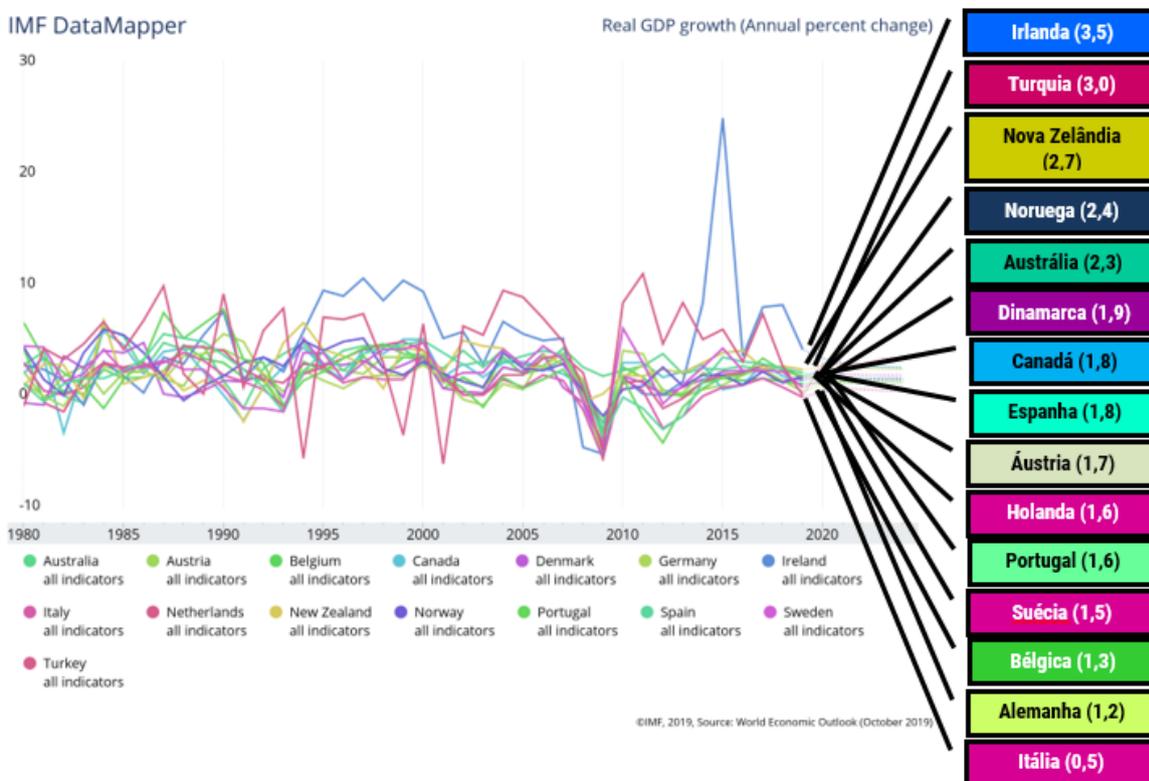


Fonte: Adaptado de International Monetary Fund (2019).

Duas das economias mais avançadas da América Latina, integrantes do G20, representadas por Brasil e Argentina, apresentam, no momento, claros sinais de retração fruto da crise enfrentada pelos países. O primeiro sugere alguns sinais de recuperação do crescimento negativo de anos anteriores, com o atual crescimento de 2%. O segundo, ainda tem sua economia reduzida desacelerando em 1,3%. México, mais um dos mercados emergentes do continente, participante do G20 e MINT, apresenta desempenho igualmente moderado com o crescimento do PIB na faixa de 1,3%. Panamá, Colômbia, Peru e Chile apresentam taxas de crescimento positivas, superiores a 3%. Venezuela, que permanece em crise econômica e política, aparece no extremo inferior do grupo com o crescimento negativo de 10%.

As informações referentes ao Grupo Europa Ocidental e outros são exibidas a seguir:

Gráfico 15 – Taxa de crescimento anual do PIB do Grupo Europa Ocidental e outros (1990-2015)



Fonte: Adaptado de International Monetary Fund (2019).

À semelhança dos membros permanentes, na década passada, este grupo também foi fortemente impactado pela crise norte-americana do *subprime*, que reforçou o problema da dívida pública na Zona do Euro, provocando a retração dos mercados a partir de 2008. No entanto, percebe-se que todos apresentam sinais de recuperação, algumas economias já mais fortalecidas do que outras e, de maneira geral, com crescimento positivo.

Em face do exposto, da análise do indicador taxa de crescimento anual do PIB do *proxy* Desenvolvimento Econômico, infere-se que, naturalmente, as referidas taxas de cada Estado são o retrato pontual do desempenho em um período, podendo-se, a partir da observação gráfica, compreender as tendências evolutivas. Apresentam, desta forma, grande variação e heterogeneidade de comportamentos. As economias mais avançadas, presentes nos Grupos Membros Permanentes e Europa Ocidental e outros, sofreram com os reflexos da crise já descrita, contudo, apresentam-se em processo de fortalecimento e recuperação. Países com menor desenvolvimento econômico, como os mercados em desenvolvimento do Grupo Africano, possuem maior espaço para crescimento. A avaliação percentual de crescimento econômico anual, isoladamente, não parece consistir em substancial indicador da possibilidade de influência dos Estados no sistema internacional.

9 Conclusão

O período de transformação na geopolítica global e o aparente reordenamento no pós-Guerra Fria instigam o imaginário da possibilidade de uma verdadeira reestruturação na governança do sistema internacional. Os novos atores, sejam países periféricos emergentes, organizações não-governamentais, grupos terroristas, redes sociais da internet ou, até mesmo, o próprio indivíduo, passam a exercer influências e pressões cada vez mais contundentes, para a alteração do arcabouço hegemônico e da relação do exercício do poder mundial.

Passados quase 75 anos da fundação da ONU, novos desafios globais, reforçados por uma diferenciada relação de poder entre os atores transnacionais, sugerem a maior inserção de Estados periféricos e emergentes, com a decorrente necessidade de um Conselho de Segurança renovado e mais preparado para enfrentá-los. Este estudo buscou, portanto, verificar o comportamento da Expressão Econômica do Poder Nacional dos Grupos Regionais, com seus respectivos integrantes, ante o referencial constituído pelos Membros Permanentes do CSNU. Procurou-se realizar a avaliação por meio de critérios e de índices de governança econômica, dentro de um sistema de instituições consagradas e de procedimentos utilizados mensurar os objetivos no referido campo, ou seja, dentro de um contexto de avaliação do progresso econômico.

Construiu-se a expectativa de identificar os afastamentos entre grupos e Estados, e, principalmente, apontar as aproximações que permitissem inferir acerca da potencialidade específica de candidatura ao assento permanente, num eventual contexto de reforma no CSNU, na prospecção do curso da economia do planeta como fator de influência para uma reforma no Conselho.

Foram estabelecidos como indicadores econômicos as Capacidades Materiais Nacionais, a Contribuição para o orçamento regular das Nações Unidas e o PIB, com o intuito de investigar o objetivo da pesquisa e, potencialmente, confirmar ou refutar a hipótese do estudo.

Do exposto, conclui-se que há diferença significativa à luz da estatística nos valores médios de todos os indicadores do proxy Desenvolvimento Econômico da variável “Expressão Econômica do Poder Nacional”, entre os Grupos Regionais e os Membros Permanentes, com os resultados do último, superiores aos demais. Esta informação sugere o distanciamento dos membros permanentes e a aparente limitação do exercício de poder dos Grupos Regionais, como eventual óbice na possibilidade de influenciar uma reforma do Conselho.

No que concerne às Capacidades Materiais Nacionais, outrossim, percebe-se, a partir de observação mais particular, que há Estados destacados em seus Grupos Regionais, tais como Índia, Japão, Brasil, Alemanha e Coreia do Sul. Os dois primeiros só não possuem índices superiores à China e aos EUA, enquanto os demais apresentam resultados mais elevados que França e Reino Unido.

Acerca da Contribuição para o orçamento regular das Nações Unidas, indiscutivelmente o Grupo Membros Permanentes é superior a todos os demais com quase metade da taxa de anual de membresia. Todavia, buscando-se a análise individualizada, destaca-se Japão e Coreia do Sul, do Grupo Ásia-Pacífico, como, 3º e 11º maiores contribuintes; Brasil e México, na 8ª e 16ª posições respectivamente, bem como Alemanha, Itália, Canadá, Austrália, Espanha, Turquia, Holanda e Suécia, do Grupo Europa Ocidental e outros, todos entre os 10% de maior contribuição à ONU.

No tocante ao PIB dos Grupos Regionais, no Grupo Africano, mesmo com economias modestas, em desenvolvimento, devem ser mencionados os mercados de Nigéria e África do Sul, ambos participantes do G20, e, respectivamente, do MINT e dos BRICS; no Grupo Ásia-Pacífico, são consideradas economias avançadas as de Japão (também integrante do G7) e de Coreia do Sul, além de presentes importantes mercados emergentes de economias em desenvolvimento, tais como Índia e Indonésia, países que fazem parte do G20 econômico, BRICS e MINT, respectivamente; no Grupo América Latina e Caribe destacam-se os mercados emergentes e economias em desenvolvimento de integrantes do G20 – Brasil, México (também MINT) e Argentina; e, no que concerne ao Grupo Europa Ocidental e outros, ressalta-se a presença de componentes do G7 (Alemanha, Canadá e Itália), e de demais economias avançadas da Zona do Euro e da Oceania, representadas por Austrália (G20) e Nova Zelândia, além da economia emergente da Turquia (G20 e MINT).

Destarte, corrobora-se com ideias anteriormente observadas da crescente interdependência econômica entre os mercados desenvolvidos e os emergentes e, não como um Grupo Regional constituído, mas de maneira individualizada, os referidos países podem justificar a realização de gestões, exercendo o poder na perspectiva de influenciar uma reforma do CSNU e consequente candidatura ao assento permanente.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa vir a contribuir com os estudos de política comparada, principalmente acerca da adoção de métodos quantitativos. Tem-se a expectativa, de que outros trabalhos possam dar prosseguimento ao delineamento ora apresentado, de maneira a produzir debates substanciais e aprofundados acerca da temática da reforma do CSNU.

Referências

ARRAES, V. C.O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 48, n. 42, p. 152-168, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/KnbJ7Vx76Vf53LQQ8HN4SNp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BONAGLIA, F; GOLDSTEIN, A. More than T-shirts: the integration of developing country producers in global value chains. **OECD Development Centre Policy Insights**, [Paris], May 2007. Disponível em: <https://www.oecd.org/china/38641808.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRADFORD, C. Antecipando o futuro: a agenda política para a governança econômica global. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 46, n. 1, p. 118-134, 2003. Disponível em: https://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 25 jul. 2022.

CESAR, S. E. M.; SATO, E.A Rodada Doha, as mudanças no regime do comércio internacional e a política comercial brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 55, n. 1, p. 174-193, 2012.

CHASE, R. S.; HILL, E. B.; KENNEDY, P. Pivotal States and U. S. strategy. **Foreign Affairs**, New York, v. 75, n. 1, p. 33-51, Jan./Feb.1996. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/algeria/1996-01-01/pivotal-states-and-us-strategy>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CORRELATES OF WAR. The Correlates of War Project. **National Material Capabilities v5.0 2017 update(2017)**. [S. l.]: Correlates of War, 2017. Disponível em: <https://correlatesofwar.org/data-sets/national-material-capabilities>. Acesso em: 18 de março de 2020

COX, M. Is the United States in decline – again? An essay. **International Affairs**, [s. l.], v. 83, n. 4, p. 643-653, July 2007.

CUNHA, R. S. P. da. **75 anos de Nações Unidas**: reformando o Conselho de Segurança baseado na representatividade regional e no poder nacional de Estados-membros. 2020. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

DAHL, R. A. The concept of power. **Behavioral Science**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 201-215, 1957.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual básico**: assuntos específicos. Rio de Janeiro: ESG, 2009a.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual básico**: elementos fundamentais. Rio de Janeiro: ESG, 2009b.

FLEMES, D. **Emerging middle powers' soft balancing strategy**: state and perspectives of the IBSA Dialogue Forum. Hamburg: German Institute of Global and Area Studies, Aug. 2007. (GIGA Working Paper, n. 57). Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1007692. Acesso em: 26 jul. 2022.

FONTOURA, J. Por que o Brasil quer a ONU. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, p. 17, 24out. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAKIM, P. The reluctant partner. **Foreign Affairs**, New York, v. 83, n. 1, p. 114-123, Jan./Feb. 2004. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2004-01-01/reluctant-partner>. Acesso em: 26 jul. 2022.

HOGG, R. V.; TANIS, E. A. **Probability and statistical inference**. 8. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2010.

HURRELL, A. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers. **International Affairs**, [s. l.], v. 82, n. 1, p. 1-19, Jan. 2006.

IKENBERRY, G. J. **After victory**: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after Major War. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic and Financial Surveys**: World Economic Outlook Database, Mar. 24, 2019. Washington, DC: IMF, 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/02/weodata/index.aspx>. Acesso em: 26 jul. 2022.

KEOHANE, R. O. **Después de la hegemonía**: cooperación y discórdia en la política económica mundial. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

LIMA, M. R. S. de; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, [s. l.], v. 82, n. 1, p. 21-40, Jan. 2006.

MAULL, H. W. Conclusion: uncertain power - German Foreign Policy into the twenty-first century. In: MAULL, H. W. (ed.). **Germany's Uncertain power**: foreign policy of the Berlin Republic. Basingstoke: Palgrave, 2006. p. 273-286.

SCHIRM, S. A. Leaders in need of followers: emerging powers in global governance. **European Journal of International Relations**, [London], v. 16, n. 2, p. 197-221, 2010.

SCHOEMAN, M. South Africa as an emerging middle power: 1994-2003. *In*: DANIEL, J.; HABIB, A.; SOUTHALL, R. (ed.). **State of the nation: South Africa 2003-2004**. Cape Town: HSRC Press, 2003. p. 197-221.

SINGER, J. D.; BREMER, S; STUCKEY, J. Capability distribution, uncertainty, and major power war, 1820-1965. *In*: RUSSETT, B. (ed.). **Peace, war, and numbers**. Beverly Hills: Sage, 1972.

SOUTO MAIOR, L. A. P. A ordem mundial e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 46, n. 2, p. 26-48, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/WkDhHQjcn4Lc48VcqWHSVhg/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2022.

TE VELDE, D. W.; KEANE, J. The new landscape of global economic governance: strengthening the role of emerging economies. Bonn: European Association of Development Research and Training Institutes, Mar. 2011. (Working paper, n. 13). Disponível em: http://www.edc2020.eu/fileadmin/publications/EDC_2020_-_Working_Paper_no_13_-_The_New_Landscape_Of_Economic_Governance_-_Strengthening_the_Role_of_Emerging_Economies_v3.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

THE HAGUE INSTITUTE FOR GLOBAL JUSTICE; STIMSON CENTER. **Report of the Commission on Global Security, Justice & Governance**: confronting the crisis of global governance. Washington, DC: The Hague Institute for Global Justice; Stimson Center, June 2015. Disponível em: https://www.stimson.org/wp-content/files/file-attachments/Commission_on_Global_Security_Justice%20_Governance_0.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

UNITED NATIONS. General Assembly. Committee on Contributions. **Regular budget and Working Capital Fund**. New York: UN, Mar.18, 2020. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/contributions/budget.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2022.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Resolution adopted by the General Assembly. 55/2. United Nations Millennium Declaration**. New York: UN, Sep. 18, 2000. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_55_2.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Resolution adopted by the General Assembly on 22 December 2018. 73/271. Scale of assessments for the apportionment of the expenses of the United Nations**. New York: UN, Jan.2019a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1659055>. Acesso em: 27 jul. 2022.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Resolution 46/221**. Scale of assessments for the apportionment of the expenses of the United Nations. New York: UN, 1991. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/135743>. Acesso em: 27 jul. 2022.

UNITED NATIONS. **In larger freedom**: report of the Secretary-General of the United Nations for decision by heads of state and government in September 2005. New York: UN, 2005. Disponível em: http://www.un.org/en/events/pastevents/in_larger_freedom.shtml. Acesso em: 24 jan 2021

UNITED NATIONS. Secretariat. **Assessment of Member States' advances to the Working Capital Fund for 2020 and contributions to the United Nations regular budget for 2020, ST/ADM/SER.B/1008**. New York: UN, Dec. 2019b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3841161>. Acesso em: 27 jul. 2022.

VERÍSSIMO, H. Economia e defesa: a defesa econômica como componente da defesa nacional. **Nação e Defesa**, Lisboa, v. 110, n. 3, p. 167-189, 2005. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1240/1/NeD110_HenriqueVerissimo.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

WEISS, T. G.; THAKUR, R. **Global governance and the UN**: an unfinished journey. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

ZAKARIA, F. **The post-American world**. New York: W.W. Norton & Company, 2008.